



História Política e imprensa no Rio Grande do Sul século XIX

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

28



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.ua.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



História Política e imprensa no Rio Grande do Sul do século XIX



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

História Política e imprensa no Rio Grande do Sul do século XIX



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL OF POLITICAL SCIENCE AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA POLITIQUE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt



**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: História Política e imprensa no Rio Grande do Sul do século XIX
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 28
- Composição & Paginação: do autor
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-132-3

CAPA: O FÍGARO. Porto Alegre, 30 mar. 1879.

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Fundamentos político-ideológicos da Revolução Farroupilha e suas manifestações através da imprensa / 11

Liberais e conservadores sob o prisma da caricatura – *O Fígaro* (1878-1879) / 59

Imprensa, discurso político e anticastilhismo: um estudo de caso no Rio Grande do Sul ao final do século XIX / 79

Fundamentos político-ideológicos da Revolução Farroupilha e suas manifestações através da imprensa

A primeira metade do século XIX foi um período revolucionário por excelência, quando aconteceram, entre 1815 e 1848, três ondas revolucionárias, tendo como epicentro a Europa e atingindo de maneira direta ou indireta o mundo ocidental como um todo. A primeira onda (1820-1824) agitou Nápoles, Grécia, Portugal e Espanha, repercutindo estas últimas nas colônias latino-americanas e desencadeando um processo emancipacionista. A segunda (1829-1834) manifestou-se na França, Bélgica, Polônia, Espanha, Portugal e vários Estados italianos e alemães. Já a terceira onda revolucionária, a maior delas, foi a de 1848, atingindo a França, toda a Itália e quase todos os Estados alemães e o Império Austríaco e, de forma mais branda, Espanha, Dinamarca, Romênia, Irlanda, Grécia e Grã-Bretanha.

Nesse quadro, poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a “catástrofe pior” de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o

objetivo supremo das potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar aquele movimento. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo¹.

Este fenômeno resultou da reação conservadora e antirrevolucionária, promovida a partir do Congresso de Viena, no qual se reuniram as potências vencedoras da revolucionária França, buscando bloquear e erradicar os ideais e as práticas progressistas oriundas do ideário liberal-iluminista e das transformações estabelecidas com a Revolução Francesa. As forças conservadoras tentaram reorganizar política e institucionalmente a Europa, fazendo prevalecer o *status quo* pré-revolucionário, através dos princípios da legitimidade (rearticulando e recolocando no poder as dinastias derrubadas pela Revolução) e do equilíbrio (montando dispositivos que conciliassem as relações exteriores, evitando conflitos internacionais). Apesar do Congresso de Viena, e de uma contrarrevolução aparentemente triunfante, a revolução não foi vencida e propagou-se a partir do plano liberal, do nacionalismo e por vezes mesmo do socialismo².

As revoluções dessa época demonstraram que a reação conservadora só conseguiria prolongar em alguns anos a sobrevivência de alguns dos arcabouços dos Estados Nacionais Absolutistas, pois o avanço do

¹ HOBBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 127.

² DREYFUS, François. *O tempo das revoluções (1787-1870)*. Lisboa: D. Quixote, 1981, p. 263.

liberalismo tornara-se irreversível. Embora quase todas tenham sido, em princípio, derrotadas, a médio e longo prazo iriam promover fissuras cada vez mais acentuadas, contribuindo para a derrocada do Antigo Regime e o surgimento dos Estados Nacionais Liberais. Na América Latina, o ciclo revolucionário, provocou efeitos irreversíveis. Desde a expansão napoleônica, quando a Espanha foi dominada pela França, formaram-se nas colônias as Juntas Governativas, que dariam os primeiros passos em direção à dissolução do pacto colonial. Com o Congresso de Viena, a Espanha recuperou sua soberania e buscou reafirmar seu predomínio colonial. Os domínios hispano-americanos não aceitaram esse retrocesso e promoveram, sob a influência das ideias liberais e com o apoio britânico, diversas guerras pela independência, resultando na formação dos estados nacionais latino-americanos.

Nesse contexto enquadra-se, embora com peculiaridades, o Brasil. Também Portugal, caiu diante do domínio francês, porém, nesse caso, a dinastia reinante deslocou-se para sua colônia na América. A presença da corte joanina no Brasil trouxe amplas transformações internas e externas que marcariam os primórdios da ruptura dos pressupostos coloniais. A situação evoluiu em direção a uma tentativa do governo português de recolonizar o Brasil. Os avanços administrativos, institucionais e, principalmente, as mudanças de ordem econômica, com os passos decisivos em direção à derrocada definitiva do pacto colonial, foram tão significativos que a incipiente oligarquia colonial passaria, também embasada nos princípios liberais, a articular o processo emancipacionista.

No Brasil, diferentemente de seus vizinhos, a independência não foi promovida a partir de um processo bélico, revelando-se muito mais como um acordo colonizador-colonizado, sob a completa preponderância britânica. Nesse caso, o jovem país disporia, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, ao seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Em quase todos os outros países a desunião entre os próprios grupos dominantes regionais e as guerras da independência, sem falar na interferência externa, tornaram praticamente inviável o estabelecimento de governos civis estáveis, depois de terem impedido a manutenção da unidade da colônia. Já na conjuntura brasileira, a tendência de continuidade em muitos aspectos quanto à situação pré-independência levou à manutenção de um aparato estatal mais organizado, mais coeso, e talvez mesmo, mais poderoso³.

Dessa maneira, a formação do Estado Nacional Brasileiro se daria de modo *sui generis*, se comparada com os demais países latino-americanos. Ao contrário destes, que se fragmentaram politicamente, o Brasil manteve, sob a forma monárquica, toda a sua integridade territorial. Formou-se aqui um Império, cuja casa reinante era a mesma da antiga metrópole, diferentemente da forma de governo republicana adotada pelas ex-colônias espanholas. Entretanto, a formação político-institucional do país, embora não tão

³ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p. 36-37.

crítica quanto a das demais nações latino-americanas, também passaria por graves transtornos, ligados à oposição entre princípios inovadores e conservadores. O I Reinado seria interrompido exatamente pelas contradições de D. Pedro I – liberal ao proclamar a independência e autoritário, pois bebera nas fontes do absolutismo, na sua prática de governo –, culminando com a abdicação a 7 de abril de 1831. Revelavam-se, também as dificuldades na transformação de uma colônia em estado nacional autônomo.

A formação do Estado nas ex-colônias revestiu-se de complicações adicionais. Em primeiro lugar, um processo, que na Europa levou séculos para evoluir, nelas condensou-se em prazos muito mais curtos. Em segundo, o arranjo político a ser estabelecido tinha que contar com elementos externos de poder representados pelos países que controlavam os mercados dos produtos de exportação. Em terceiro lugar, a preexistência de vários modelos distintos de organização política introduzia um elemento adicional de instabilidade ao fornecer justificativas ideológicas e instrumentos de ação a grupos políticos rivais⁴. Com o fim do I Reinado, começava o Período Regencial, um dos momentos mais conturbados da vida política nacional, quando por diversas vezes e em diferentes regiões esteve ameaçada a integridade do território brasileiro.

Esse período caracterizou-se por conflitos entre matizes políticos difusos e pouco definidos que se digladiaram em busca de ocupar o vazio político gerado a partir da abdicação. Em linhas gerais, pode-se fazer referência aos exaltados ou federalistas, os mais

⁴ CARVALHO. p. 30-31.

democráticos, representando uma “esquerda”, que pretendiam promover o andamento da federação por todos os meios ditados pela razão e pela justiça; auxiliar o Poder Legislativo na consolidação do sistema federal e fomentar a instrução e moralização do povo por todos os meios ao seu alcance, propagando ideias claras e exatas da federação⁵; reuniam-se nas chamadas sociedades federais. Outro grupo era o dos restauradores, os mais conservadores, representando uma “direita”, os quais queriam a restauração de D. Pedro I, defendendo uma monarquia forte, centralizadora e nacionalista; reuniam-se na Sociedade Conservadora da Constituição Jurada no Império do Brasil, mais conhecida como Sociedade Militar. Havia ainda os moderados, representando o “centro”, que buscavam garantir um governo coeso e estável, tentando um equilíbrio entre a revolução dos federalistas e o absolutismo dos restauradores, reuniam-se na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional.

A falta de organização e até de uma identidade partidária, nos primórdios da política brasileira, levaram a constantes crises, além de naturais afastamentos e aproximações entre aqueles diferentes grupos. A maturação e evolução de tais agrupamentos, durante as regências, levaria a rearticulações das quais resultou a formação dos partidos políticos do II Império – Liberal e Conservador. Os Progressistas – futuro Partido Liberal – estavam ligados às províncias e, quando falavam em descentralização, não se referiam à democracia, eram, isto sim, possuidores de grandes capitais nas províncias

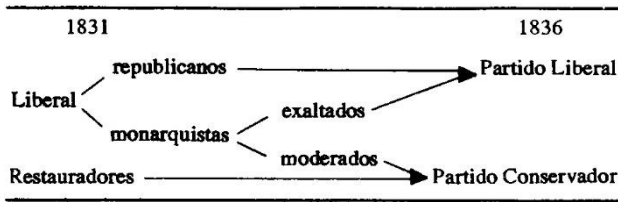
⁵ WERNET, Augustin. *O período regencial*. São Paulo: Global, 1982. p. 47.

e compreendiam que, quanto maior autonomia provincial houvesse, tanto maior seria o seu poder local, dado que praticamente dominavam as economias regionais. Os Regressistas – futuro Partido Conservador –, por sua vez, estavam muito mais ligados ao governo central, que propriamente às elites provinciais. Sua postura centralista não impedia que possuísem uma forte pregação liberal e, como tal, eram evidentemente contrários ao absolutismo, nem sempre eram ricos, e até por isto eram mais afetos ao empreguismo, a aceitar os postos no aparelho de governo e a disputar eleições⁶.

No caso do Rio Grande do Sul, igualmente ocorreram essas divisões e subdivisões de ordem partidária, marcadas por indefinições e por fases de aproximação e afastamento entre os representantes das diferentes agremiações. Assim, no contexto provincial sul-rio-grandense também ocorreu, com respectivas peculiaridades e nomenclaturas próprias, a ação de restauradores, liberais, republicanos, monarquistas, exaltados, moderados que, em processos de amálgamas e cisões viriam a formar os partidos Liberal e Conservador. O seguinte esquema, proposto por Helga Piccolo⁷, demonstra tal cenário político e partidário, característico da época da deflagração da guerra civil de 1835-1845:

⁶ FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial*. São Paulo: Ática, 1990. p. 36-37.

⁷ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. p. 47.



Além dessa instabilidade político-partidária, o Período Regencial foi marcado por graves rebeliões provinciais, que tiveram como pano de fundo reivindicações federalistas, em busca de maior autonomia e da manutenção dos interesses econômicos das elites locais, e, em alguns casos, exigindo melhores condições sociais⁸. Nem mesmo a promulgação do Ato Adicional de 1834 – que visava a reorientar e a adaptar a Constituição de 1824 às novas circunstâncias – foi suficiente para aplacar os ânimos rebeldes. Foi nessa conjuntura revolucionária, que, ao lado da Cabanagem, da Sabinada, da Balaiada, entre outras, enquadrou-se a

⁸ Francisco Iglesias destaca o conteúdo social das rebeliões regenciais, ao afirmar: Havia graves problemas no país, que provocaram tumultos nas cidades e rebeliões em algumas províncias, provocando algo além do simples desejo de escolher os chefes ou representantes, provando as contradições de uma sociedade ainda nova e sem consciência bem determinada de seu papel. Nela há senhores e escravos, mas também há um esboço de classe média, com funcionários, comerciantes, artesãos, trabalhadores livres e grande número de marginais, alijados de qualquer processo produtivo e sem papel social. IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 154-155.

Revolução Farroupilha, maior e mais grave dos conflitos regenciais.

O quadro revolucionário brasileiro só seria resolvido a partir de articulações que visavam à estabilidade política do país. Dessa forma ocorreu uma aliança entre parte dos moderados e os antigos restauradores, ou seja, o “centro” que no início do Período Regencial, compusera com a esquerda, agora pendia para a direita. Isso ocorreu em torno de um grupo relativamente novo no cenário nacional, que representava os interesses agrário-escravocratas do Vale do Paraíba do Sul, estando ligado à produção do café⁹. Refletia este fenômeno uma tendência que, internacionalmente, marcou este ciclo revolucionário¹⁰. Assim, através do golpe da maioria e do estabelecimento de uma certa alternância entre liberais e conservadores no poder, típica do II Império, seria possível, até o final da década de quarenta, promover a estabilização do país¹¹.

⁹ MONTEIRO Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1986. p. 36-37.

¹⁰ Para Hobsbawm, as revoluções de 1830 introduziram duas modificações na política de esquerda. Elas separaram os moderados dos radicais e criaram uma nova situação internacional. Ao fazê-lo, elas ajudaram a dividir o movimento não só em diferentes segmentos sociais, mas também nacionais. HOBBSAWN. p. 135.

¹¹ De acordo com Décio Freitas, o esmagamento das rebeliões federalistas do Império se configurou como Guerra de Conquista do Brasil empreendida pelo Sudeste, para submeter as demais regiões à sua hegemonia. A submissão ao centralismo foi imposta a ferro e fogo. Quando se fez a Independência, o Sudeste não sobressaía como a região mais

No que se refere ao contexto político, a desconexão entre os interesses das autoridades centrais e os das elites locais, manifestada pela inconformidade das províncias em relação à centralização política do Império, constituiu um dos fatores essenciais para que se sucedessem as rebeliões regionais, sendo esse, marcadamente, o caso do Rio Grande do Sul. Em princípio, quando das primeiras articulações em direção ao processo de emancipação política, tendo em vista as intenções recolonizadoras por parte de Portugal, a postura política da Província aproximou-se daquela da maior parte do Brasil, ou seja, eram visíveis dois grupos políticos, um apoiando D. Pedro na sua política de contrariar as decisões antibrasileiras das Cortes, tornando-se favorável à independência em face da impossibilidade de conciliar os interesses lusos e brasileiros; e outro, defendendo a política portuguesa¹². Mesmo assim, diante do 7 de Setembro, houve aceitação e festejos através da Província¹³.

rica do país. A hegemonia econômica se desenvolveu a partir do controle do Estado Nacional fundado em 1822, o que ilustra a provecta verdade de que toda dominação pressupõe a conquista do Estado. FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, J. H. (org.) *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 119.

¹² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, C. G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 365.

¹³ Sobre esta época, ressaltou o cronista francês Nicolau Dreys: Reina, entre os naturais do Rio Grande, um espírito de nacionalidade sumamente melindroso. No tempo da separação de Portugal, quando apareceu ali protesto enérgico

As cisões entre aqueles grupos, mesmo com a independência realizada, não deixariam de existir e, ao contrário, se agravariam durante o I Reinado. O apoio inicial a D. Pedro I logo deixaria de existir, principalmente entre os liberais rio-grandenses, desgostosos com as atitudes autoritárias do Imperador. O relacionamento centro – Província iria piorar a partir do processo de emancipação da Cisplatina, pois, além dos prejuízos causados à economia gaúcha, o Governo Imperial não atendeu ao pedido de ressarcimento dos rio-grandenses, tendo em vista os gastos com a mobilização humana e de recursos. Importante ressaltar que a Guerra da Cisplatina foi também motivada pelos próprios interesses das elites gaúchas, tendo em vista as conveniências das mesmas nas terras orientais, de modo que o insucesso no conflito bélico representaria um duplo prejuízo para os latifundiários rio-grandenses-do-sul.

O desgaste nas relações com o Governo Central devia-se a questões estruturais da organização administrativa brasileira, visto que as oligarquias provinciais eram excluídas de qualquer instância de poder decisório, sendo submetidas a uma autoridade nomeada pelo Império – o Presidente da Província – que, por sua vez, limitava ainda mais o poder dos chefes

do digno patriarca da independência, vimo-los tão ufanos do glorioso nome de brasileiros, que, em presença da exaltação que os dominava, os estrangeiros que se achavam no país precisavam de toda a sua prudência para evitar qualquer conflito. DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990. p. 114.

loais, reduzindo-lhes sua capacidade de influência. Assim, no caso do Rio Grande do Sul, a ideia vulgar de que sobre o chefe-local estruturava-se a pirâmide do poder, cujo ápice, ou seja, o aparelho estatal central, meramente refletia o equilíbrio ou as tensões da base, parece ser insuficiente para explicar a dinâmica da política de facções e da política econômica imperial. Ao contrário, no Rio Grande, os interesses locais viam-se frequentemente contrariados. Os presidentes da Província, delegados do poder central, recrutados em geral na “burocracia política” imperial e, por isso mesmo, relativamente desvinculados dos interesses dos estancieiros e charqueadores, tornavam-se agentes dos interesses da política geral contra as reivindicações locais¹⁴.

Mesmo com o estabelecimento do Ato Adicional de 1834, já no Período Regencial, que dava maior autonomia às províncias, permitindo a existência de assembleias legislativas nas mesmas, as elites regionais não ficaram satisfeitas, pois os presidentes de Província continuavam sendo escolhidos pelo Governo Imperial, mantendo-as afastadas do poder de decisão. Tal inconformidade seria agravada no Rio Grande do Sul, com a abertura da Assembleia, a 20 de abril de 1835, quando o Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga acusou a existência de ideias separatistas na Província, através de um acordo entre elementos rio-grandenses e rebeldes uruguaios¹⁵. Essa

¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 p. 86.

¹⁵ Foi o seguinte o conteúdo da manifestação do governante: Tomando sobre meus ombros a administração desta província,

declaração significou o golpe final nas desgastadas relações Império - Província, levando os liberais rio-grandenses a promoverem uma ruptura com a autoridade imperial, pois consideravam que, ao contrário de acusar o Rio Grande do Sul de ligações ilícitas com os países do Prata, o governo deveria valorizar o “patriotismo” e “heroísmo” empregados pelos rio-grandenses na defesa das causas nacionais, quando envolvidos nas questões platinas. Apesar dos desmentidos que partiam do Presidente, os líderes gaúchos consideraram ferida a “honra da Província” e derrubaram Fernandes Braga, a 20 de setembro de 1835, estabelecendo o marco simbólico do início da Revolução Farroupilha.

As tensões políticas provocariam o agravamento da revolução, levando as lideranças farroupilhas a aprofundarem suas reivindicações enraizadas na oposição federalismo X centralismo. Os rebeldes passaram a defender uma igualdade no tratamento dado às províncias pelo Governo Imperial, devendo reagir a Província contra qualquer tipo de discriminação e a

eu a achei ameaçada de uma guerra. Os emigrados orientais, companheiros do General Lavalleja, protegidos por alguns brasileiros imprudentes, fazendo diferentes incursões no Estado Oriental do Uruguai, e cometendo imensas atrocidades, acolhiam-se quando derrotados pela força legal, sob a proteção do Brasil, e reforçados com os socorros, que daqui lhes prestavam alguns dos nossos partidos, permaneciam a consumir novos crimes e novos atentados no Estado vizinho. Citada por: ROCHE, Jean. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961. p. 107.

incompetência dos burocratas imperiais. Os farroupilhas acusaram também uma aproximação do governo regencial com a conservadora Sociedade Militar, assim como irregularidades constitucionais e violências que o mesmo teria cometido¹⁶. A partir daí as relações políticas

¹⁶ Dentre as acusações das lideranças farroupilhas, destacaram-se: O governo tem consentido que se avilte o pavilhão brasileiro por uma covardia repreensível, pela má escolha de seus diplomatas e pela política falsária e indecorosa de que usa para com as nações estrangeiras. Tem feito tratados com potências estrangeiras contrários aos interesses e dignidade da Nação. Faz pesar sobre o povo gravosos impostos e não zela os dinheiros públicos. Tem contraído dívidas tais e por tal maneira que ameaçam a ruína da Nação. Tem permitido contrabandos vergonhosos extremamente prejudiciais. Faz leis sem utilidade pública e deixa de fazer outras de vital interesse para o povo. Esgota os cofres nacionais com despesas supérfluas e não cuida do melhoramento material do país. Não aproveita nem ao menos sabe conservar as riquezas naturais do solo brasileiro. Não administra as províncias imparcialmente. Permite a mais escandalosa impunidade em seus agentes, desprezando as queixas que contra eles se dirigem. Tem posto em prática uma política feroz e covarde com respeito a estrangeiros e nacionais que chama rebeldes. Tem desprezado e punido como a crimes, as mais justas e atendíveis representações do povo. Estes e outros males teriam trazido a íntima convicção da impossibilidade de avançarmos na carreira da civilização e prosperidade, sujeitos a um governo que há formado o projeto iníquo de nos submeter à mais abjeta escravidão, ao despotismo mais abominável. Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes (29 ago. 1838) In: *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário

entre a Província e o Governo Central tenderam a piorar, evoluindo as práticas farroupilhas de uma simples alteração administrativa saneadora, afastando o governante que não lhes servia, até o estabelecimento de uma república independente.

Quanto ao conteúdo ideológico no qual se inseriu a Revolução Rio-Grandense de 1835, ela esteve a contento com alguns dos pressupostos liberais então em voga. O pensamento liberal teve suas origens no século XVII e daí em diante, evoluiu e transformou-se, modelando-se a circunstâncias e interesses. Colocado em prática, pela primeira vez na Inglaterra, teve sua maior difusão a partir da expansão da Revolução Francesa e impulsionou ideologicamente a maior parte dos movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX. Apresentando variações ao longo de diferentes épocas, bem como, de país para país e até de região para região, os ideais liberais se adaptariam aos desígnios daqueles que utilizavam suas diretrizes para justificar suas formas de pensar e agir.

De acordo com esta perspectiva, o liberalismo defendeu o direito da liberdade, sustentou que a autoridade governamental deveria ser limitada ao dever de assegurar aquele direito aos seus cidadãos e, também, pela primeira vez na história ocidental, garantiu a liberdade de consciência. As ideias que constituíam o fundo de fé liberal giravam sobre a liberdade e as condições políticas e sociais para garanti-la. Durante três séculos foram adicionadas ao ideário original, outras reivindicações econômicas, sociais e políticas, que atendiam às circunstâncias históricas. Conservou-se,

da Revolução Farroupilha, 1985. p. 281-282.

porém, a opção básica liberal, quer seja, é liberal a ideia de que o homem tem a liberdade de escolher sua vida, os seus objetivos, e de que o governo não pode negar essa liberdade. Nessa linha, o liberal prova sua fé defendendo as instituições que garantem a liberdade, tornando-as mais eficientes¹⁷.

O discurso e práticas farroupilhas tiveram evidente embasamento nos princípios liberais, que foram sintetizados de modo a servir aos interesses dos rebeldes, criando-se um liberalismo próprio dos rio-grandenses. O pensamento liberal europeu encontrou eco e foi metabolizado pelos brasileiros, pois o processo histórico da colonização/descolonização havia gerado contradições, formando agentes sociais portadores de um modo liberal de agir. Porém, mesmo no Rio Grande do Sul, o liberalismo ainda apresentaria peculiaridades, visto que não foi com a importação de ideias que os farrapos se tornaram liberais, e sim, o contexto histórico rio-grandense criou formas de agir e pensar liberais, e as ideias europeias só entraram e foram adotadas em função de tal realidade¹⁸.

As peculiaridades típicas do pensamento liberal em suas variações espaciais e temporais permitiram que no Rio Grande do Sul as práticas autoritárias não fossem excludentes em relação ao liberalismo. Nesse sentido, o

¹⁷ BARRETO, Vicente & PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1989. p. 20-21.

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, J. H. (org.) *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 29.

autoritarismo estava arraigado na formação histórica do Rio Grande do Sul, e não houve contradição entre tal autoritarismo e o discurso liberal, porque era através desse discurso que se procurava garantir a dominação tradicional e as relações sociais que nessa dominação estavam ancoradas. Se na Revolução Farroupilha foram encontrados concomitantemente a defesa do liberalismo e as práticas autoritárias é porque isso respondia a interesses que o movimento social representou. A Guerra dos Farrapos mostrou como a ideologia serviu para encobrir interesses de grupos que, falando em nome do povo, cujas reivindicações diziam representar, procuraram legitimar sua ação¹⁹.

A Revolução Farroupilha teve sua liderança amplamente ligada à elite latifundiária que, mesmo posicionando-se politicamente como liberal, por ser o grupo social dominante da Província, exercia uma dominação ao nível local, dentro dos padrões patrimonialistas e estabelecia suas relações sociais tendo por base aspectos senhoriais e autoritários, sendo que, inclusive, o liberalismo dessa elite rural não era incompatível com o escravismo²⁰. Os farroupilhas justificariam seus atos em nome do “direito à resistência”, afastando o representante do Governo Central que consideravam como opressor, desse modo

¹⁹ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional*. In: DACANAL, J. H. (org.) *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 59-60.

²⁰ PICCOLO, Helga Landgraf. *A política rio-grandense no Império*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 99.

seguiram o ideário liberal que considerava os governantes como meros administradores, servidores do povo, o qual poderia afastá-los sempre que não estivesse satisfeito com eles. A própria revolução seria legitimada pela ideologia liberal, uma vez que os rio-grandenses estariam defendendo instituições como a liberdade, a lei, a propriedade e até a soberania que estariam sendo ameaçadas pelo “despotismo” do Governo Imperial²¹.

Dentre os princípios liberais mais constantemente defendidos pelos farroupilhas destacaram-se a liberdade de expressão, sendo considerando fundamental o respeito à força da opinião pública, que estaria amplamente ao lado dos rebeldes, acusando também os governistas de subverter a imprensa ao utilizá-la, para

²¹ Argumentavam os líderes revolucionários que o povo rio-grandense só empunha o gládio dos combates pra cobrir-se e defender-se de uma odiosa agressão; faz neste momento o que fizeram tantos outros povos por iguais motivos, em circunstâncias idênticas; assim encontre este povo virtuoso e bravo entre tantos povos ilustrados da terra estas generosas simpatias amplamente dispensadas a quantos o precederam neste afanoso comprometimento, estas mesmas simpatias que outrora a braços com seus tiranos da Europa invocaram o Brasil e seu Governo, esses Governo hoje a seu turno opressor, sevo, inexorável e tirano a nosso respeito. Em defesa de suas leis indignamente ultrajadas, em defesa de sua dignidade e de seus direitos tão torpemente vilipendiados, levantam os patriotas rio-grandenses a terrível luva que seus opressores lhes lançavam, e tendo de optar entre a liberdade e os ferros, entre a escravidão e a morte, abraçaram a guerra com todas as suas consequências e se arrojam aos combates. Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes (29 ago. 1838). In: *Coletânea...* . p. 280 e 288.

infamar o movimento. As liberdades e garantias individuais, outros dos bastiões do liberalismo, também estiveram presentes no discurso dos revolucionários. Defendendo o “direito das gentes”, acusavam a tortura, as prisões sem julgamento, o injurioso tratamento dados aos prisioneiros, a suspensão das garantias, o poder discriminatório dos representantes do governo, a transformação dos tribunais em tribunais revolucionários, as prisões embasadas em denúncias falsas, o desterro de “cidadãos honestos” e a violência em geral, como práticas constantes do autoritarismo do Governo Imperial, apelando por isso ao recurso revolucionário²².

Assim, para justificar seus atos, os rebeldes rio-grandenses metabolizaram e utilizaram-se das ideias de alguns dos pensadores iluministas. Nesse contexto, de Locke foi recolhido o princípio de legitimidade para o enfrentamento de um poder que ameaçava a propriedade e a soberania dos rio-grandenses, no caso, o conceito de soberania correspondia à capacidade de livre determinação e interiorização dos mecanismos de decisão na província, com o fim de orientar-se para a satisfação dos interesses locais. Já de Montesquieu os farroupilhas recolheram a ideia da divisão dos poderes, traduzida, em termos ou interesses locais, na adoção de um governo constitucional e representativo. Essa bagagem ideológico-cultural comportava ainda as ideias de Rousseau no que dizia respeito à questão das liberdades ou direitos individuais do cidadão. Em

²² Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes (29 ago. 1838). In: *Coletânea...* . p. 289.

síntese, o governo liberal farroupilha almejado pelos rebeldes era aquele que, fundamentado na divisão de poderes e firmado sobre a lei, garantisse a soberania dos povos, assim como a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos²³.

Porém, não se pode confundir o liberalismo rio-grandense com democracia. O conceito utilizado para “povo” significava o cidadão-proprietário. Não pretendiam os rebeldes, portanto, transformar as instituições sociais, as relações de produção ou a estrutura da propriedade fundiária. Isso refletia uma prática liberal tipicamente adaptada à realidade brasileira, herança, de certo modo da recente colonização. Nesse caso, o liberalismo do começo do século XIX não trazia a democracia, nem em Portugal, nem no Brasil, uma vez que conviveu com a escravidão e limitou as concessões liberais a certos grupos sociais. Uns eram mais “iguais” que os outros, e por isso houve sempre discriminação política, reflexo da discriminação social²⁴.

Isso vai ao encontro do pressuposto da metabolização das ideias de Rousseau, cujos conceitos democráticos não teriam espaço em uma sociedade pastoril autoritária, patriarcal e escravocrata como a rio-grandense. Porém seria utilizada a ideia de que o homem é bom no estado de natureza e de que a sociedade o corrompe, justificando o direito dos homens

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 60-63.

²⁴ RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contrarrevolução (a evolução política)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 32.

mudarem as instituições no caso destas se mostrarem em desacordo com o princípio da liberdade individual²⁵. De acordo com essa linha de pensamento, os farroupilhas buscaram o apoio do povo, mas não lhe deram o direito de escolher seus representantes porque não reconheciam nos homens comuns condições de selecioná-los, já que só a classe ilustrada teria a felicidade de eleger bons administradores, que advogariam os negócios dos habitantes do país. Os liberais rio-grandenses defendiam a ideia de que o governo deveria pertencer a uma elite que escolheria os representantes do povo, massa bruta que não tinha condições de participar nem de eleições²⁶. Desse modo, os rebeldes farroupilhas moldaram um pensamento liberal peculiar, com evidente conotação elitista, que serviu para legitimar suas posturas e atingir seus intentos naquele determinado momento histórico.

A duração da guerra civil no Rio Grande do Sul somada à ruptura para com o Império levaram os rebeldes a estabelecer uma série de novas estruturas organizacionais. Apesar dos quase dez anos de lutas, houve uma continuidade nas relações socioeconômicas e políticas e, além disto, a formação de um estado nacional autônomo em moldes discrepantes daqueles do estado-origem, mormente no que tange à diferente forma de governo, geraram a necessidade de que se engendrassem novos modelos e parâmetros institucionais, permitindo a manutenção do recém-criado país, além disso, segundo os cânones do pensamento liberal, a presença de uma constituição, fosse qual fosse a sua natureza, constituía

²⁵ PESAVENTO. 1997. p. 27.

²⁶ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. p. 34 e 39.

em elemento *sine qua non* para a existência de um Estado Nacional.

Uma explicação quanto às “realizações” do novo Estado, representado pela República Farroupilha, demarca que, apesar das circunstâncias contrárias, a mesma procurou organizar-se como estado “moderno”, “progressista” e impregnado de “alta moral administrativa”. Eram também destacadas as medidas tomadas como incentivo à educação pública, com a criação de aulas em todos os municípios, o desenvolvimento de intensa propaganda no sentido de despertar nas populações rurais o interesse pela instrução e a utilização das multas recolhidas aos cofres públicos nas despesas com o ensino. No campo da comunicação e dos transportes, foram enfatizadas a criação do serviço de correio, a abertura de novas estradas e a realização de consideráveis melhoramentos em outras. E, finalmente, quanto à própria organização institucional, foi ressaltada a feitura de leis, inclusive a eleitoral, determinando o voto obrigatório a todos os que tivessem o direito de exercê-lo²⁷.

Uma outra corrente sustentava que a República Farroupilha não passou de um estado militarizado, no qual os governantes não possuíam uma legitimação popular, uma vez que o Presidente da República de Piratini “jamais” teria possuído outro título de legitimidade senão o “arbítrio” de poucos “caudilhos”, autores da rebeldia. Tal perspectiva levava ainda em conta que “nunca” a eleição regular enunciou e dirigiu a vontade deste novo estado, pois os “caudilhos” em seus

²⁷ FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1974. p. 99.

“ajuntamentos militares” tudo decidiam e ordenavam, em um quadro pelo qual “nunca” a democracia afastara-se tanto de um governo quanto no caso daquele da República Rio-Grandense²⁸.

Esses duas versões servem como exemplificação dos confrontos interpretativos em torno da ordem institucional dos farrapos. Não se pode negar que as “realizações” farroupilhas foram profundamente limitadas pelas circunstâncias bélicas que envolviam a República, levando a uma preponderância da ordem militar. Porém, a visão mais crítica no que tange à falta da organização de um sistema representativo entre os rebeldes, revelava uma análise feita sob o conceito de liberal-democracia do final do século XIX, bastante diferente do modelo liberal empregado pelas lideranças revolucionárias, ao passo que a perspectiva enaltecida traduzia a continuidade de uma versão que mitificava a Revolução de 1835-1845.

Uma das principais atitudes dos farroupilhas, em busca da legitimação de um sistema representativo, esteve ligada a continuadas tentativas de realizarem-se eleições para formar uma assembleia que dotaria o nascente país de um arcabouço constitucional. Assim, em fevereiro de 1840, um decreto marcava e regularizava as eleições para a Assembleia Constituinte. As instruções que regularizavam as eleições já revelavam o caráter excludente e elitista do modelo liberal empregado pelos revolucionários. Dessa maneira, para ser deputado, o indivíduo deveria ser maior de vinte e um anos, ter “aplicada instrução”, “reconhecidas virtudes”,

²⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 1986. p. 4-5.

“verdadeiro patriotismo” e “decidido zelo” pelas “causas rio-grandenses”, sendo, porém, excluídos os que não tivessem renda líquida anual de trezentos mil-réis por bens, indústria ou emprego, os libertos, os criminosos, os estrangeiros mesmo que naturalizados e os não-católicos. Tal prática eleitoral excludente, principalmente no que se refere ao voto censitário – em identidade com a Constituição Imperial – se reproduziria no projeto constitucional e limitaria o cenário político a reduzido número de “notáveis”.

As eleições foram realizadas em março de 1840, tendo de ser repetidas em setembro de 1842, devido às amplas dificuldades advindas da guerra. Esses mesmos obstáculos também prejudicariam o processo eleitoral como um todo. O contraste entre o número de habitantes e os resultados das eleições evidenciava que, além de ter sido um processo excludente, foram enfrentados sérios problemas em sua realização, mesmo quando a comparação tem por parâmetro uma defasagem de praticamente duas décadas, através dos números populacionais de 1822, conforme observado no quadro 1.

QUADRO 1 – Divisão estatística da Província do Rio Grande de São Pedro, em quatro comarcas eleitorais no ano de 1822²⁹

CABEÇAS DE COMARCA	FREGUESIAS	NÚMERO DE HABITANTES
Porto Alegre (cidade)	Vila de Santo Antônio N. S. de Oliveira	36.050

²⁹ CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978. p. 109.

	N. S. dos Anjos Porto Alegre Bom Jesus do Triunfo São José	
Rio Pardo (condado)	Encruzilhada Santo Amaro Rio Pardo Taquari Vila da Cachoeira	29.036
Missões	Santo Ângelo São Miguel São João São Lourenço São Luís São Nicolau São Borja	6.750
Rio Grande	Mostardas Estreito Piratini Canguçu Rio Grande S. Francisco de Paula Lagoa	34.360
TOTAL		106.196

Na comparação destes números com os do quadro a seguir, apesar da discrepância cronológica, pode-se perceber que o número de eleitores foi extremamente reduzido, com razoável predomínio de algumas das regiões onde o movimento era ainda forte.

QUADRO 2 - Relação dos municípios que remeteram cédulas para deputados à Assembléia Constituinte e Legislativa do Rio Grande do Sul³⁰

MUNICÍPIO	CÉDULAS
Caçapava	633
Alegrete	505
Jaguarão	170
Piratini	974
Triunfo	176
Rio Pardo	331
Cachoeira	331
Cruz Alta	258
São Borja	200
Lages	102
TOTAL	3.680

Esses votos seriam complementados por cédulas vindas de companhias, corpos e esquadrões militares, embora delas se ignore o número completo por não virem acompanhadas de ofício, nem constar do competente rótulo³¹. O resultado das eleições revelava o conteúdo de classe das lideranças farroupilhas, mesmo porque o voto censitário só permitia a eleição de indivíduos dos grupos oligárquicos, e, principalmente, a preponderância do elemento militar naquele momento, como pode ser evidenciado através do quadro 3.

³⁰ Dados obtidos a partir de listagem apresentada por: RUSSOMANO, Victor. *História constitucional do Rio Grande do Sul (1835-1930)*. Pelotas: Globo, 1932. p. 115-118.

³¹ RUSSOMANO. p. 118.

QUADRO 3 - Categorias profissionais eleitas para a Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense³² (em %)

PROFISSÃO*	DEPUTADOS ELEITOS E SUPLENTE**	VOTOS OBTIDOS***
militar	42,60	41,01
fazendeiro	16,27	14,55
negociante	9,26	6,58
padre	7,41	10,68
doutor	5,55	7,10
proprietário	3,70	2,96
advogado	1,85	3,18
cirurgião	1,85	2,00
inspetor do tesouro	1,85	1,83
outros****	9,26	10,11

*nos casos em que se apresentavam mais de uma profissão, foi considerada sempre a primeira

**baseado no número de deputados eleitos (36) e suplentes (18)

***baseado no somatório total de votos de todos os deputados eleitos e suplentes

****elementos apresentados em categorias não-profissionais ou sem nenhuma indicação

O grupo eleito foi o responsável pela organização de um projeto constitucional para a incipiente república o qual chegou a ser considerado como o “primeiro esforço” da função legislativa e o início da elaboração do direito público, bem como ter-se apontado a República de Piratini como o “berço histórico” do direito

³² As porcentagens deste quadro foram elaboradas a partir de números apresentados por: FLORES, 1978. p. 157; e RUSSOMANO, p. 119-122.

constitucional republicano³³. Porém, não se pode deixar de levar em conta que a análise do projeto deixa bem claro que ele era elitista e excludente³⁴. Segundo o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense³⁵, o novo Estado era apresentado como a associação política de todos os cidadãos rio-grandenses, formando uma nação livre e independente, com um governo republicano, constitucional e representativo. O território gaúcho compreendia toda a antiga Província do Rio Grande do Sul, à época da independência do Brasil. O novo Estado teria sua organização baseada na divisão dos três poderes, com atribuições específicas. Percebia-se, porém, certa preponderância do Legislativo, para, dentro dos preceitos liberais daquele momento, evitar-se uma “ditadura” do Executivo. O Poder Legislativo era representado pela Assembleia Geral, formada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O Poder Executivo compunha-se do Presidente do Estado, do Ministério e do Conselho de Estado. E, finalmente, o Judiciário era composto do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Apelações, dos Juízes de Direito e dos Juízes de Paz.

Quanto ao processo eleitoral, as características de excludência e o voto censitário, presentes na Constituição Imperial de 1824, seriam mantidos. O texto

³³ RUSSOMANO. p. 179.

³⁴ PICCOLO. 1997. p. 59.

³⁵ O texto do referido projeto pode ser encontrado em: FLORES. 1978.p. 187-208.; e BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, s/data. p. 218-243.

do projeto declarava que o povo não poderia exercer as atribuições de soberania por si mesmo, e sim, através de eleições. Os representantes do povo seriam a Assembleia Geral e o Presidente do Estado. Nesse quadro, embora o poder supremo da nação estivesse dividido em três poderes, independentes uns dos outros, o Legislativo possuía mais força que os dois restantes, em uma tentativa de realizar o velho sonho dos liberais, já tentado no projeto constituinte de 1823. De acordo com o projeto farrapo, os deputados seriam eleitos por cidadãos de renda acima de 200\$000, escolhidos pelos eleitores paroquiais, com renda superior a 100\$000. Os deputados realizariam a eleição dos senadores, em lista nominal com o triplo de vagas, para que o Presidente da República escolhesse e nomeasse o senador, ocorrendo uma fórmula análoga na escolha dos membros do Conselho do Estado, órgão consultivo do Executivo³⁶.

A análise do projeto dos revolucionários sul-riograndenses, no que se refere à administração municipal, permite a identificação de uma das contradições dos rebeldes ligada à oposição federalismo X centralismo. Essa base constitucional previa para a administração de cada cidade ou vila, cabeça de município, um diretor, e, nas demais povoações e distritos subalternos, intendentes. Tanto diretores quanto intendentes seriam agentes imediatos nomeados pelo Poder Executivo. Dessa maneira, se no nível nacional a Revolução pregou a federação, a República que se pensou organizar pelo projeto de constituição “amarrava” os municípios ao

³⁶ FLORES. 1978. p. 175.

governo do Estado, o qual tinha, pois, um modelo unitário³⁷.

Finalmente, pode-se destacar que, inserida no contexto liberal, a futura constituição rio-grandense defendia os direitos individuais, garantindo a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, tendo por base a propriedade. Garantia a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, que só seria promulgada quando de utilidade pública; a não existência de distinções para a ocupação de cargos públicos; a inviolabilidade do lar; a liberdade de pensamento; os socorros públicos; a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos; a existência de colégios, academias e universidades; e o “sagrado e inviolável” direito à propriedade. Todos os “direitos das gentes” defendidos no projeto estavam limitados à visão de povo definida pelo pensamento liberal dos líderes da Revolução e, portanto, só eram aplicáveis aos “cidadãos”, quer seja, os “notáveis” responsáveis pelos destinos do novo Estado.

Ainda que tivesse montado uma estrutura político-administrativa e moldado um arcabouço institucional, a República Rio-Grandense enfrentou sérios obstáculos advindos do constante estado de guerra. Os dez anos de luta levariam a perdas humanas e materiais sem precedentes, fator a partir do qual, somado à reordenação política a partir da antecipação da maioria de D. Pedro II, adviria o recrudescimento das tratativas em torno da pacificação. A Paz de Ponche Verde de 1845 demarcou o fim da Revolução Farroupilha, tornando-se um elemento preponderante

³⁷ PICCOLO. 1997. p. 59.

na simbologia mítica em torno dessa revolta, moldada pelo historiografia oficial, sendo estabelecida uma visão de que o Rio Grande do Sul não fora vencido, nem se curvara diante do poder imperial, aceitando, isto sim, uma “paz honrosa”, entre iguais, sem vencidos ou vencedores. A pacificação foi, porém, mais fruto do desgaste mútuo, sobretudo do rebelde, advindo do prolongamento da guerra. A própria continuidade do conflito, por parte dos revoltosos, prendeu-se à busca de melhores condições para pôr termo ao movimento.

O conflito mudaria de rumo a partir do fim de 1842, com a atuação do Barão de Caxias, como Presidente e Comandante das Armas da Província, reorganizando as forças legalistas, rearranjando as variáveis bélicas, entabulando negociações com os governantes do fronteiro Uruguai, buscando conquistar a população civil através de medidas assistencialistas e incentivando as cisões entre as lideranças locais. Além disso, havia o enfraquecimento militar e humano dos rebeldes, agravado pelo desgaste no relacionamento político entre os líderes, em suas discrepâncias ideológicas quanto aos rumos do movimento, representadas por várias tendências no seio de moderados e/ou radicais. Assim, a paz não só representou a submissão dos farroupilhas ao projeto imperial bragantino, mas também mostrou a relativamente pequena expressão do republicanismo na Província, incapaz de empolgar, na conjuntura, o Rio Grande do Sul³⁸.

Assim, a Revolução Farroupilha constituiu mais um dos movimentos que ameaçou a integridade

³⁸ PICCOLO. 1991. p. 48.

brasileira no Período Regencial, estendendo-se até o II Império. Ficava desde então demarcada uma tradição do Rio Grande do Sul ser encarado como um fator de instabilidade do Estado Nacional, em um fenômeno que se repetiria na transição Monarquia – República, com a Revolução Federalista, e na crise dos anos vinte. A partir do processo histórico que redundaria na Revolução de 1930, no entanto, haveria um novo projeto de criar novas interpretações para a revolta dos farroupilhas, transformando-a em um movimento que supostamente traduzia o civismo/patriotismo dos rio-grandenses, que teriam promovido a luta da liberdade contra a “tirania” – um inimigo difuso, sem face, de difícil identificação –, ou seja, que teriam “heroicamente” lutado em nome da brasilidade. Pouco a pouco o fato da ruptura institucional seria depurado e, em verdadeira alquimia discursiva, transmutado em sinal de brasileirismo. Através do discurso historiográfico oficial, fruto de um projeto que visava a garantir uma posição ascendente ao Rio Grande do Sul no contexto nacional, criava-se um mito em torno da Revolução Farroupilha que germinaria e espalhar-se-ia, tornando-se hegemônico por décadas a fio, e construindo identidades quase que irretorquíveis para a Revolução Rio-Grandense de 1835-1845.

Tais fundamentos político-ideológicos dos farroupilhas viriam a ser difundidos por meio da imprensa, uma vez que o periodismo teve papel preponderante na fermentação e desencadeamento da Revolução de 1835, bem como das demais revoltas regenciais³⁹. Assim, mesmo antes da Revolução

³⁹ Conforme: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 150. e

Farroupilha, os jornais já “viviam um período pré-revolucionário” no qual muitos deles já tinham sua posição definida, de um ou de outro lado, argumentando, combatendo, posicionando-se, enfim”⁴⁰. Desse modo, durante as origens da imprensa rio-grandense, “o que prevaleceu foi um jornalismo de caráter partidário” e “de orientação ideológica”, com o predomínio de “um sentido político, senão único, de qualquer forma o mais nitidamente demarcado, no Brasil daquela época”⁴¹.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo, Ática, 1990. p. 65.

⁴⁰ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994. p.26.

⁴¹ REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 116. e REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. Canoas, Editora Regional, 1956. v.2. p. 252. Sobre o caráter essencialmente político da imprensa rio-grandense em suas origens, observar também: VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977. p. 35.; DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre, Sulina, Associação Rio-Grandense de Imprensa, 1987. p. 7.; SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 84.; FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 131. Porto Alegre, 1995. p. 33-4.; e FLORES,

Esse processo também se fez sentir na cidade do Rio Grande, onde floresceram diversos jornais com maiores ou menores vínculos ao movimento rebelde, notadamente no período que antecedeu e marcou os primeiros anos da Revolução, bem como naquele dos últimos momentos do conflito. Houve na cidade portuária um periodismo identificado com os farroupilhas, bem como folhas vinculadas aos legalistas, assim como publicações que buscaram uma posição de equidistância e neutralidade e, ao final do movimento rebelde, de conciliação e pacificação.

Nesse contexto, circulou na cidade do Rio Grande uma folha afinada com o ideário farroupilha. Tratava-se de um dos jornais mais antigos da Província do Rio Grande do Sul, *O Noticiador*, que teve seu primeiro número editado a 3 de janeiro de 1832, sendo seu proprietário, editor e redator Francisco Xavier Ferreira⁴².

Moacyr. *O Artilheiro* - a imprensa na Revolução Farroupilha. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 24 nov. 1973. p. 16.

⁴² Francisco Xavier Ferreira (1776-1838) veio para a então Vila do Rio Grande no início do século, estudando e tornando-se boticário, derivando-se daí seu apelido (“Chico da Botica”), sendo considerado homem de cultura e erudito para os padrões da época e do lugar. Ingressou na carreira política, principalmente a partir de sua atuação nas sociedades maçônicas. Foi eleito deputado na primeira Junta Provisória do Rio Grande do Sul, em 1822 e, na mesma época, delegado rio-grandense junto ao Regente D. Pedro, por ocasião do “Fico”. Foi membro da Câmara Municipal Rio-Grandina, deputado na Assembleia Geral, fundador e primeiro presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, na cidade do Rio Grande e presidente da Sociedade de Beneficência, na mesma cidade.

Além deste último, o jornal teve como redatores Guilherme José Corrêa, que logo abandonaria sua função, fundando *O Observador* e o padre Bernardo José Viegas⁴³. *O Noticiador* autoproclamava-se como um “jornal político, literário e mercantil”, possuía quatro páginas e era publicado duas vezes por semana, sendo sua assinatura vendida a 4\$000 por semestre e o número

Durante o acirramento da crise política, encontrava-se como deputado na Assembleia Provincial, a qual também presidiu, e suas posições eram de aproximação com os futuros revolucionários. Tendo em vista suas convicções político-partidárias, foi preso e pereceu no cárcere, no Rio de Janeiro, a 23 de abril de 1838. Dados obtidos a partir de: FONTOURA, Edgar. Francisco Xavier Ferreira: resumo de um estudo. *Rio Grande*. Rio Grande, 27 jun. 1935. p. 17-8.; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Globo, 1933. v.1. p. 287.; e ALVES, Francisco das Neves. Um “escritor público” na cidade do Rio Grande à época da Revolução Farroupilha. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, URG, 1996. p. 33-35.

⁴³ O padre Bernardo José Viegas (1792-1833) era português de nascimento, no Brasil, foi caixeiro e, após os estudos, assumiu a carreira eclesiástica. Chegou na Vila do Rio Grande em 1824, atuando como presbítero secular e professor particular de primeiras letras; foi também promotor público, inaugurador e professor na Escola de Ensino Mútuo. A exemplo de Xavier Ferreira, era maçom e atuou na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e na Sociedade de Beneficência. Acabou assassinado, por motivos políticos, em 3 de outubro de 1833. Dados obtidos a partir de: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. p. 110.

avulso custava 80 réis, possuindo tipografia própria. O jornal adotava como dístico a frase *“la liberté est la mère des vertus, de l’ordre et de la dureté d’un état; l’esclavage au contraire, ne produit que des vices de la lâcheté, et de la misère”*.

No “Prospecto”, publicado no primeiro número, o periódico apresentava os seus objetivos, dentre os quais, o principal era defender os princípios do “7 de Abril”, pois, segundo o jornal, os intentos da “Revolução de 7 de Abril”, em outras palavras, a abdicação de D. Pedro I, de eliminação dos governos “tirânicos”, não haviam sido atingidos:

Depois que a mais memorável e gloriosa das revoluções (...) nos libertou da odiosa tirania de um governo só interessado em atrasar o edifício de nossa nascente prosperidade, qualquer [um] poderia pensar que ia aproximar-se o ditoso momento de ver remediada ou pelo menos minorada parte dos males que, por mais de três séculos , pesavam sobre [o] povo (...); e que, debaixo de um governo eleito pelos escolhidos da Nação, iríamos saborear tranquilos as preciosas vantagens das nossas livres instituições. Desgraçadamente, porém, tão lisonjeiras esperanças foram logo frustradas no princípio da nova ordem de coisas; e o Brasil (...) não goza (...) daquele estado de perfeita tranquilidade, tão necessário para seu melhoramento e felicidade.

Ainda ao apresentar-se, de acordo com os princípios liberais, defendia o afastamento dos governantes de má administração, criticando os “homens que, sem algum outro mérito mais que uma

ascendência momentânea, adquirida pelo brilho aparente de um zelo quimérico e pela ostentação de um falso patriotismo”, se reputavam “com o direito de tudo pretender, embora não possuíssem os recursos necessários para dirigirem as molas da pública administração, nem mesmo aquelas virtudes cívicas que devem fazer o ornato de todo o bom cidadão”. Defendia também o “direito à revolução” dos povos, contra aqueles governantes, argumentando que “os que se distinguiram pela importância do verdadeiro mérito” não poderiam “deixar de sublevar-se e opor-se” àqueles.

Também no “Prospecto”, a redação afirmava que era o “amor pela liberdade” que a levava “a detestar toda a espécie de tirania” e que somente havia tomado sobre seus “ombros a penosa tarefa de escritor público” devido ao “desejo de ver o país livre de todas as dissensões e rivalidades, que retardavam o andamento de sua prosperidade” e à obrigação de contribuir “para o melhoramento e ventura da sociedade”. Tal “Prospecto” era finalizado com o anúncio dos objetivos editoriais do periódico de, “sempre que possível, transcrever notícias dos diferentes pontos do Império e dos países estrangeiros”; anunciar “as embarcações entradas e saídas” do porto do Rio Grande; dar “o preço corrente dos gêneros e o estado do câmbio”; e lembrar das “medidas e instituições” julgadas “a bem da causa pública” e da Província. Ficava assim demarcada a intenção dos redatores de também contemplar os interesses da Vila do Rio Grande ligados ao comércio.

Segundo *O Noticiador*, o “escritor público”⁴⁴ exercia uma importante função social, considerando os jornais como “o veículo mais pronto para se derramarem as luzes e propagar-se a instrução” (18 jul. 1833). Ao completar seu primeiro semestre, a redação do periódico reafirmava essa função:

Quando à custa de alguns sacrifícios e despesas, mandamos vir a nossa imprensa, só tivemos em vista espalhar a instrução que, sem liberdade de escrever, é sempre escassa; e quando tomamos sobre nós a redação desta folha, consultamos antecipadamente o nosso préstimo e, apesar de o julgarmos pequeno, para o ministério de escritor público e insuficiente para influir na opinião geral, contudo, nós confiamos na pureza de nossas intenções e na benignidade dos nossos leitores e julgamos que a moderação e decência da nossa linguagem, da qual fazemos alarde, nos serviria de escusa e desculpava nossa audácia. (26 jun. 1832)

Os preceitos liberais apresentados no “Prospecto” efetivamente regeriam as posturas políticas do jornal através de sua existência. Um dos objetos mais abordados pelo periódico era a liberdade, enaltecida

⁴⁴ Nessa fase, “a figura do *jornalista* ainda não tinha estatuto definido. O emprego da expressão não era comum, prevalecendo, até meados do século a de *escritor público*, mais adequada ao cunho político-literário do jornalismo da época”. RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 19. Os próprios redatores dos periódicos, à época, autodenominavam-se como “escritores públicos”.

como princípio fundamental à existência de uma sociedade. Assim, a liberdade era considerada como uma herança a ser transmitida entre as gerações e apontada como “inalienável”, sendo que “uma vez conquistada seria imperdível”. No mesmo sentido, a folha confirmava a necessidade de “conservação dessa liberdade”, por ser “mais preciosa cem vezes que a fama, mais estimável que a fortuna e de mais valia que a frágil existência”(1º abr. 1833). O periódico afirmava ainda que a liberdade era “para o corpo social o mesmo que a saúde para cada indivíduo, se o homem perdesse a saúde, não gozava mais de algum prazer do mundo, e se a sociedade perdesse a liberdade, desfalecia e nunca mais encontrava a verdadeira felicidade” (24 jul. 1834).

Demonstrando uma visão mais global e não só restrita à situação nacional, *O Noticiador* criticava as forças conservadoras e restauradoras que pretendiam eliminar o avanço revolucionário-progressista, que tomava corpo, àquela época, em nível internacional, como nas seguintes manifestações:

- Porém os absolutistas disfarçados, os retrógrados recolonizadores, a linsojeira aristocracia (...) clamam que o mundo está na sua última crise, que tudo perecerá se não se procurar um meio de deter o espírito da revolta e afogar a excessiva mania de liberdade, que tem exaltado os povos de ambos os hemisférios. Ora, à vista de tão absurda e injuriosa proposição, que devemos fazer? Rir desses miseráveis, que julgam que (...) pode deter-se e paralisar-se (...) os interesses e a liberdade do gênero humano, que estando em marcha, não pode e nem deve retrogradar. (1º abr. 1833)

- Em vão os tiranos se ligam contra os povos, estes se libertam e o que primeiro o conseguir, desempenhará a augusta missão de libertador da Terra. Nós não queremos a igualdade somente para nossos cidadãos; o gênero humano forma uma só família: os homens, em qualquer clima que habitem, são irmãos. Liberdade para todos! Emancipação para ambos os mundos! (18 jun. 1834)

Na mesma linha, o jornal atacava o absolutismo através de constantes críticas aos “tiranos”, com afirmações como: “a força dos tiranos existe na paciência e aviltamento dos povos”; “quando os tiranos conseguem os seus fins, sacrificam a todos os que facilitaram os seus sucessos”; e “os abusos da força estão gravados com caracteres de sangue nas páginas da história” (11 jul. 1833). Ou ainda em outra frase a qual dizia: “a nação que cede a um homem o poder absoluto, dá-lhe o direito de ousar tudo e impõe a si própria a necessidade de tudo sofrer” (6 nov. 1834). Nesse quadro, de oposição liberdade X tirania, o “7 de Abril” era exaltado e comemorado como data máxima do recente país e considerado como vitória da primeira⁴⁵.

⁴⁵ Em o *Noticiador* eram sempre divulgados e promovidos os festejos daquela data, com matérias e versos sobre a mesma, como este “mote ditoso”, publicado em 22 abr. 1833: “Salve dia, imortal dia/ Da nossa regeneração/ Salve glória da nação/ Assombro da tirania/ Sim oh! dia de ufanía/ Honra e glória do Brasil/ Salve dia tão gentil/ Dia do prazer imenso/ Salve dia tão intenso/ Ditoso Sete de Abril/ Neste dia de heroísmo/ No dia Sete de Abril/ Cedeu o bando servil/ Baqueou o despotismo/ Venceu o patriotismo/ Os laços da

Ainda de acordo com os princípios liberais, O *Noticiador* arvorava-se em defensor público, propondo-se a “vigiar os abusos e injustiças de qualquer autoridade” e “advogar os interesses públicos” (27 jan. 1832). Defendia também que “as reformas políticas não se estabeleciam sem agitações” e que “quando a maioria da nação” reclamava por reformas, “os mandatários do povo estavam autorizados e deviam satisfazer a vontade nacional” (13 ago. 1832). Ficava, porém, evidenciada a visão liberal que o jornal possuía a respeito do termo “povo”, concebendo-o como a elite “escolhida” que representaria a nação. Assim, definia monarquia representativa como “o governo do rei e da maioria”, mas “não da maioria numérica de um grande povo, espalhado sobre um vasto território”, e sim, “a maioria das Assembleias, nas quais residia o direito de tomar as deliberações que concorriam a exprimir o voto nacional” (20 maio 1833). Às vésperas do início da Revolução de 1835, a folha destacava que o grupo dos liberais se compunha “dos homens que nos tempos em que era delito pensar livremente e suspirar pelas liberdades públicas, souberam sustentar com arrogância e valor os

hipocrisia/ Sucumbiu a sorte ímpia/ Desses vis restauradores/ Neste dia de mil flores/ Pereceu a tirania”. Segundo Arnaldo Contier, “a abdicação de D. Pedro I (...) representou, para a maioria dos redatores e políticos profissionais desse momento histórico, uma autêntica ‘revolução’”, propiciando “uma relativa liberdade de imprensa, proliferando os periódicos (...) que refletiam as mais diversas opiniões ou atitudes políticas”. CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis, Vozes; Campinas, UNICAMP, 1979. p. 13.

direitos do povo”; ou seja, “dos verdadeiros amigos e sustentadores do 7 de Abril”; “da maioria da Província”; e “da parte homogênea dos brasileiros natos, únicos verdadeiramente interessados no adiantamento e prosperidade do solo brasileiro” (20 ago. 1835).

A participação dos redatores de *O Noticiador* na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, levava a uma constante cobertura das atitudes e pronunciamentos dessa sociedade tanto no Rio Grande, como em outras localidades da zona sul da Província (principalmente São Francisco de Paula) e no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o jornal dedicou-se profundamente a combater os restauradores, elegendo-os como os maiores “inimigos” do país, chamando-os de “caramurus pedristas”, os “amigos das coisas velhas” (19 jun. 1832); ou ainda de “califa caramuruana”, que pretendia “a volta de seu novo D. Sebastião”, e afirmava que os brasileiros preferiam “mil mortes a ver restaurado o império do déspota sobre as ruínas da liberdade” (1º abr. 1833). A alusão ao sebastianismo português, no qual D. Pedro I seria o “novo D. Sebastião”, também se fazia sentir na denominação de “seita marroquina-caramuruana-restauradora” (21 jan. 1834), imputada aos restauradores. Desse modo, o jornal rio-grandino fez campanha aberta contra a possibilidade daquele grupo estabelecer uma “Sociedade Militar” no Rio Grande do Sul, anunciando a necessidade de manter a vigilância diante de um “inimigo manhoso”, cujas intenções só não seriam entendidas por aqueles que “de alguma maneira pertencessem ao mesmo bando daqueles miseráveis” (24 jan. 1833); bem como alertava que a restauração “já batia à porta” e os “malvados” já tinham “alistado as vítimas, enumerado os proscritos e

decidido da sorte dos infelizes liberais” (12 mar. 1834). Assim, em nome da defesa pública, conclamava a população a reagir contra o fortalecimento daquele grupo:

Rio-grandenses! Não durmamos com o melodioso canto daqueles, que, quais morcegos, abanam as asas, para melhor nos poder tirar a substância que nos resta: não consintamos que se instale na nossa Província a Sociedade Militar, que de Militar não tem senão o nome. (28 dez. 1833)

Rio-grandenses! (...) [cumprimos] o nosso dever como escritor público, noticiando-vos a chegada de pessoas que a opinião geral do Brasil aponta como nossos inimigos e das nossas instituições liberais (...). A vós cabe redobrar a vossa vigilância e estar continuamente alerta sobre esta visita. (21 jan. 1834)

Nesse quadro, D. Pedro I, considerado como “príncipe estourado, imoral e inepto” (13 set. 1832), tornou-se alvo de ferrenhas críticas por parte de *O Noticiador*:

Este príncipe que talvez fosse fadado pela natureza para grandes coisas, recebeu a pior educação possível e bebeu, com o primeiro leite, todas as lições de despotismo, de corrupção de sensualidade. Os seus primeiros anos foram passados no ócio e em prazeres brutais que o tornavam habitualmente incapaz de dar um momento de atenção ao mais sério negócio do Estado. A sua vida é um tecido de extravagâncias, de versatilidades e de desatinos.

Para empolgar o Trono do Brasil (...) ele se fingiu o príncipe mais dadivoso, mais liberal e filósofo de quantos nos oferece a história; [enganou] facilmente a crédula sinceridade dos brasileiros, soube fazer-se nosso ídolo, até que largando pouco a pouco a pele de ovelha de que se enfeitara, mostrou-se qual era um tigre sanhudo e sequioso de reduzir o Brasil ao seu jugo extravagante e dos seus lusitanos. (22 dez. 1834)

De acordo com essa forma de pensamento e tendo em vista as cisões políticas que fermentavam a revolução no Rio Grande do Sul, *O Noticiador* defendeu abertamente os farroupilhas⁴⁶, rebatendo acusações de outros periódicos sobre o envolvimento de lideranças da futura revolução com movimentos rebeldes no Uruguai (8 nov. 1832), e demonstrando grande admiração por Bento Gonçalves, considerado como militar portador de

⁴⁶ Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues, Xavier Ferreira foi envolvido no conflito farroupilha pelo que se poderia considerar como força das circunstâncias, pois, para o autor, Ferreira era “homem (...) de ideias liberais e partidário do 7 de Abril”, porém, “viu-se envolvido na revolução, sem nunca ter cogitado da república”. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 16 out. 1898. p. 2. Tendo por base os pronunciamentos de *O Noticiador*, Edgar Fontoura afirma: “lendo por esta cartilha, não admira que o velho liberal se faça, dentro de pouco tempo, farroupilha extremado e que aceite, sem contrariedade o imperativo do separatismo e da república”. FONTOURA. p. 17. Mesmo que não fosse um “extremado”, as ligações de Xavier Ferreira com os princípios norteadores da futura revolução ficam demarcadas desde as origens de sua carreira política e como “escritor público”.

“dignidade e respeito”, além de “sagacidade política”, sendo um “cidadão que soube cooptar a atenção, benevolência e estima geral” (4 jan. 1834). Com a deflagração da revolta, em setembro de 1835, a aproximação da folha rio-grandina com os rebeldes ficava ainda mais evidente, referindo-se ao “digno lugar na história” que deveria ser reservado à “feliz revolução provincial de vinte de setembro” (3 nov. 1835); ou ainda, aos “acontecimentos extraordinários e memoráveis” que marcaram a “gloriosa revolução de vinte de setembro”, ocorrida em um “dia salvador”, no qual “tantos e tão denodados cidadãos liberais continentistas de diferentes lugares, deram começo a salvar a pátria do governo opressivo e antinacional” (6 nov. 1835). O jornal passava, a partir de então, a publicar constantemente as proclamações, correspondências oficiais e mensagens militares dos revolucionários.

Em número extra (Extraordinário N° 3) de outubro de 1835, *O Noticiador* publicou a “fala” que Francisco Xavier Ferreira, então deputado provincial, proferiu à entrada de Bento Gonçalves da Silva na cidade do Rio Grande, saudando esse líder, em nome dos “patriotas da cidade”, dos “rio-grandenses livres” e do “fraco órgão” de sua propriedade e acusando as atitudes das forças legalistas, quando sediadas no Rio Grande:

O intruso depois que vergonhosamente fugiu da capital, veio com a sua clientela acoitar-se nesta cidade, aonde, encontrando alguns do seu infame partido (...) pode, com outros tais da cidade de Pelotas, fazer-se forte por alguns dias, cometendo as mais graves arbitrariedades, injustiças e

dissipações, quais as que costumam praticar desumanos conquistadores em tais circunstâncias.

O conteúdo do Extraordinário N° 3 demarcou claramente a postura pró-farroupilha de *O Noticiador*, através de seu proprietário e redator Xavier Ferreira, que conclamou Bento Gonçalves a tomar a cidade, tendo em vista o iminente perigo do fortalecimento dos legalistas, chegando a oferecer todo o auxílio a seu alcance para a efetivação desse objetivo:

Cidadão Comandante, e briosos defensores da liberdade! Entrai! Apressai-vos a concluir a vossa obra. O tirano e seus sequazes emigrados ainda nos ameaçam, ainda estão perto de nós; é preciso arremessá-los para longe (...).

Contai, compatriotas, com a nossa fraca cooperação e com os nossos pequenos recursos, na certeza que esta oferenda voluntária nasce de corações generosos.

Cidadão Comandante! Compatriotas e amigos! Aceitai as felicitações que vos dirigem pela minha débil voz os rio-grandenses livres, que cordialmente reconhecem e são gratos às vossas fadigas, a tantos sacrifícios!

A publicação de *O Noticiador* foi interrompida por diversas vezes, tendo em vista os deslocamentos de Xavier Ferreira em direção à cidade de Porto Alegre, para assumir suas funções parlamentares na Assembleia Provincial, ou ainda, devido à presença do governo legalista na cidade do Rio Grande. A extinção do jornal ocorreu em fevereiro de 1836, com o aprisionamento de

seu proprietário, devido a seus vínculos políticos, e o seu falecimento no cárcere. Tal periódico expressou o pensamento farroupilha na cidade do Rio Grande e refletiu acerca dos fundamentos político-ideológicos do movimento, de modo que levou em frente a premissa pela qual o periodismo serviu como “aparelho institucional”, destacando-se “na organização do movimento, agrupando seus pensadores e lideranças”, não consistindo, pois, “exagero afirmar que a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha”⁴⁷.

⁴⁷ RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1985. p. 122. e RÜDIGER. p. 15.

Liberais e conservadores sob o prisma da caricatura – *O Fígaro* (1878-1879)

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela expansão da imprensa ilustrado-humorística pelo país. Tendo o Rio de Janeiro como foco irradiador, tal gênero jornalístico caiu no gosto do público leitor, de modo que muitas das maiores localidades brasileiras passaram a contar com periódicos que apresentavam tal estilo. A crítica era o fio condutor dessas edições que se utilizavam de um enfoque embasado em múltiplas estratégias, calcadas no humor, na sátira, no sarcasmo e na ironia. Seus textos eram incisivos e diretos, visando a uma comunicação mais aberta com seus leitores, quase como se fosse um diálogo entre o produtor do discurso e seus consumidores. O grande atrativo e diferencial desse tipo de jornalismo era o uso da imagem, que lhe dava um alcance formidável e uma proximidade ainda maior com aqueles que adquiriam os exemplares, os quais nem chegavam a precisar ser letrados, tendo em vista a abrangência que o conteúdo imagético permitia. Ainda que a pauta fundamental dessas folhas fosse o humor, elas buscavam desenvolver um sentido joco-sério, ou seja, sem deixar de lado o pilhérico, também observavam o seu entorno sob um olhar de alguma seriedade. Nesse sentido, muitas delas adquiriam um comportamento

moralizador, no intento de identificar, denunciar e diagnosticar soluções para aquilo que consideravam como mazelas que afligiam a sociedade⁴⁸.

Tal fenômeno da difusão do periodismo ilustrado-humorístico ocorreu também na mais meridional província brasileira, com publicações desse gênero sendo editadas nas principais cidades gaúchas de então. Foi o caso da capital Porto Alegre, que, além de pioneira na circulação desse tipo de folha, contou com vários títulos cuja essência foi a abordagem calcada no humor e na crítica, bem como na inserção da arte caricatural. A condição de centro administrativo provincial permitiu a tal cidade um crescimento demográfico e um aprimoramento cultural que se tornaram propícios ao desenvolvimento da imprensa, em um contexto no qual os satírico-humorísticos também tiveram seu espaço, como foi o caso de *O Figaro*.

⁴⁸ Sobre tal gênero jornalístico, observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LOBATO, Monteiro José Bento. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo Brasiliense, 1955. p. 3-21.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; SOUZA, Jonas Soares de. A vitrine do imaginário: periódicos ilustrados no século XIX. *Documentos*. v. 3. n. 6. Campinas: B.C.M.V, jul/dez. 1991. p. 33-43.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000. p. 78-88.

Como representante da imprensa ilustrado-humorística, foi editado em Porto Alegre *O Fígaro*, que circulou desde 1878 até meados do ano seguinte. Foi impresso primeiramente na tipografia do *Deutsche Zeitung*, depois nas oficinas do *Mercantil* e finalmente nos tabuleiros da *Reforma*. Sua assinatura custava 16\$000 por ano, 9\$000 por semestre e 5\$000, por trimestre, já o número avulso era vendido a 500 réis. O artista responsável por seus desenhos era Cândido de Faria, que já atuara na imprensa voltada à arte caricatural da Corte. Tal periódico contou com a colaboração de escritores reconhecidos na conjuntura sul-rio-grandense, como Múcio Teixeira, Damasceno Vieira e Dionísio Monteiro⁴⁹.

O título do periódico alude à figura do barbeiro, personagem teatral e operístico, além de ser o nome de um longo jornal francês⁵⁰. Na primeira página de sua edição original, aparecia o bufão, com a viola a tiracolo e o lápis à mão, pronto para esquadrinhas as caricaturas. Em versinhos, reiterando o título estampado no frontispício, o personagem afirmava: “Eu venho respeitoso, alguma coisa tímido/ Pedir a proteção do povo hospitaleiro,/ Navalhas e pincéis, escovas e cosméticos/ Há tudo, e muito bom, em casa do barbeiro”⁵¹.

⁴⁹ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 62-76.

⁵⁰ ALVES, Francisco das Neves. *Três estudos sobre a imprensa ilustrado-humorística sul-rio-grandense*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2026. p. 106.

⁵¹ O FÍGARO. Porto Alegre, 6 out. 1878. p. 1.

Porto Alegre. 6 de Outubro 1878. Nº 1

ANNO 1º

ALVARO

Publica-se
uma vez por semana
Folha Illustrada

Preços de assignatura:
Capital,
1 anno - 16#000
6 mezes - 9#000
3 mezes - 6#000
Provº anno - 20#000
6 mezes - 11#000
Pagante adiantado

Recebem-se assignaturas e vendem-se annos a 500rs. a uma do cluistados
Diz. 916



Eu venho respeitoso, alguma coisa temido
Peder a protecção do povo hospitaleiro,
Charlatan e fumeiro, encovar e cosmético,
Ha tudo, e muito bom em casa do barbaeiro.

No primeiro número aparecia ainda o programa do semanário, também estampado na forma de versos, aludindo aos vários instrumentos de trabalho do

barbeiro que, figurativamente, seriam utilizados a serviço da caricatura, notadamente a navalha que, afiada, em muito serviria para a realização da crítica:

Fígaro, gentil barbeiro
Que Rossini e Beaumarchais
Tornaram tão conhecido
Vem hoje, tal como é,
Com donaire prazenteiro,
Oferecer os seus serviços
Ao povo porto-alegrense.
Porém ninguém aí pense
Que, além de suas navalhas,
Ele use daquelas malhas
Com que prendia Rosina,
A pupila peregrina
Do mais casmurro tutor.
Nada disso, não, senhor:
O que pode asseverar
É que há de barbear
A todos com muito jeito
(Como hoje está aceito
No mundo civilizado).
Sabonete parfumé
Veloutine Charles Fay,
O freguês ensaboado,
Não sentirá nada o fio
Do seu ferrinho amolado.
E quando a mão, mais pesada
Esfole um pouco o freguês,
Em lugar do *cold creme*,
Faz na viola um arpejo,
E doce como um bafejo
Neutraliza-lhe o revés.
Mas, deixemos para o lado,
O sentido figurado.

Como vedes, leitor, este jornal
É crítico, humorístico e ilustrado,
Quer bem aceito ser, não odiado,
Nesta nossa formosa capital.

A vida íntima – o viver do lar –
Há de ser nele sempre respeitada,
E na crítica usará da alfinetada
Que não possa ferir nem machucar.

Pretende fazer rir, nunca doer,
Fígaro o diz, o assegura,
Tende nele fé; haveis de ver.

Eis o programa; é verdade pura,
Para o cumprir há pouco que fazer;
Concorra cada qual com a assinatura.⁵²

Ainda quanto às suas propostas, o periódico trazia alguns pensamentos que expressavam seus intentos:

Sou filho de Beaumarchais, neto de Maquiavel,
e aparentado com Lesage e Rabelais.

Antes que se riam de mim, rio-me eu dos outros.

Se me fecham as portas, salto por as janelas.

Quando as janelas estão fechadas, destapo os telhados.

A intriga é o meu pão nosso.

Vou, venho, trago, levo, para aqui, escuto acolá.

⁵² O FÍGARO. Porto Alegre, 6 out. 1878. p. 2.

Do baralho de cartas, chamado humanidade,
tiro mil combinações divertidas.

Onde acaba a virtude, começo eu a rir.

Estava em Constantinopla, quando se celebrou
o Tratado de Sto. Stefano. Ri-me dos turcos.

Se assistisse ao congresso agrícola no Rio de
Janeiro, rir-me-ia dos lavradores.

Extrai uma gargalhada de qualquer mortal,
como o senhor Riedel extraí um dente, sem dor!⁵³

De acordo com seu escopo crítico, humorístico, satírico, sarcástico, irônico, joco-sério e moralizador, como eram as práticas de seu gênero jornalístico, *O Fígaro* dedicou sua carga caricatural para a execução da crítica social e de costumes, sem descurar da crítica política. Em relação a esta última, o semanário observou acidamente as vivências políticas do Brasil Imperial, apontando para um contexto de desmoralização, desmandos, malfeitos e corrupção. Ao mesmo tempo, lançou seus olhares cáusticos e chistosos expressos a partir da arte caricatural para a vida político-partidária brasileira, em especial para os partidos que disputavam o poder à época, representados por liberais – que à época em que circulou o hebdomadário estavam no poder – e conservadores – no momento constituindo a oposição.

A ação dos políticos, considerada como maléfica, foi representada pela publicação porto-alegrense como uma pobre rapariga – que designava o poder imperial –, a qual fora levada à miséria, vendo-se “na necessidade de pôr as suas joias no *prego* para sustentar” os “caprichos” daqueles. As disputas entre liberais e conservadores foi apresentada por *O Fígaro* ao mostrar

⁵³ O FÍGARO. Porto Alegre, 6 out. 1878. p. 2.

uma cena urbana na qual, um político liberal, então ocupando a posição governamental, andava calmamente de braços dados com uma dama que simbolizava o poder, ao passo que um conservador, decaído das posições de mando, aguardava sorrateiro, com um porrete à mão, pronto para uma possível retomada do governo. A legenda era: “A rapariga que tinha a bolsa na *pindaíba*, deu o braço ao Thiers brasileiro e teve joias e muito dinheiro. O ex-amante, porém, conspira em nome da *ordem* e aguarda a ocasião para descarregar o golpe, não contente com o mal já feito”⁵⁴.

⁵⁴ O FÍGARO. Porto Alegre, 20 out. 1878. p. 1 e 4-5.

Porto Alegre 20 de Outubro 1878. Nº 3

ANNO 1º

ALVARO

Publica-se
uma vez por semana
Alha Illustrada

Preços de
assignatura:
Capital,
1 anno-16*000
6 mezes-9*000
3 mezes-5*000
Provº anno-20*000
6 mezes-11*000
Pagamº adiantado.

Recebem-se
assignaturas e
vendem-se ann.
aos a 500 rs. a una
dos Andradas
R. 216

EMPRESTA-SE
DINHEIRO SOBRE
PENHOES
10 POR CENTO AO
MEZ



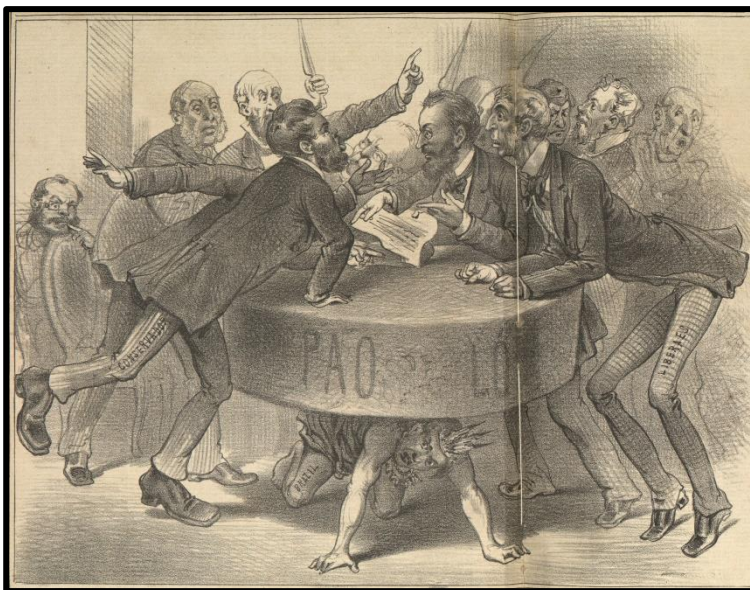


A falência da coisa pública foi demonstrada pelo periódico mais uma vez por meio de uma figura feminina, a qual representava a Província do Rio Grande do Sul, que observava estarecida o cofre que simbolizava as verbas públicas completamente vazio, e também o livro caixa, que apresentava contas que não fechavam, tudo isso graças aos desmandos dos políticos⁵⁵. Outro cenário caricatural trazia a “abertura das câmaras”, envolvendo uma acirradíssima disputa dos políticos de ambos os partidos, todos ávidos pelas verbas públicas, representadas por um enorme pão de ló, com cada um dos agentes políticos ambicionando uma fatia maior. O bolo gigantesco era sustentado por um índio – tradicional representação do povo brasileiro à época imperial – que reclamava de sua situação, soltando um vitupério: “E eu a pagar para tudo isto!!!...”⁵⁶.

⁵⁵ O FÍGARO. Porto Alegre, 15 dez. 1878. p. 8.

⁵⁶ O FÍGARO. Porto Alegre, 5 jan. 1879. p. 4-5.



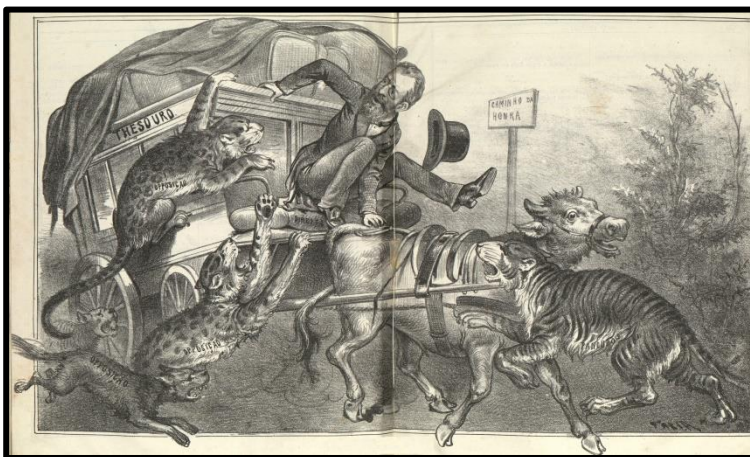


O caráter elitista da política imperial brasileira foi criticado por *O Fígaro* ao mostrar dois políticos bastante satisfeitos por colocarem-se à sombra e sob a proteção de uma velha senhora, identificada com a aristocracia, a qual, segundo a concepção do periódico, dominava os ditames da constituição vigente⁵⁷. A avidez dos homens públicos pelas verbas estatais foi demonstrada por meio de caricatura na qual o tesouro nacional era atacado pelos políticos, que assumiam um caráter de ferocidade sanguinária e faminta, ao serem simbolizados por figuras zoomórficas de lobos e felinos, prontos para destroçar o adversário político, no intento de atingirem seus objetivos de ganhos pecuniários⁵⁸.

⁵⁷ O FÍGARO. Porto Alegre, 12 jan. 1879. p. 4-5.

⁵⁸ O FÍGARO. Porto Alegre, 16 mar. 1879. p. 4-5.





Uma figura feminina era mais uma vez escolhida para trazer um significado simbólico, no caso atribuído à Câmara dos Deputados, estando ela a saborear uma sopa, da qual pululavam clérigos. Era uma alusão ao descompromisso dos parlamentares com temas de pauta mais sérios, estando os mesmos sempre preocupados com seus ganhos pessoais, por meio dos subsídios. Nessa linha, a legenda era: “O subsídio é uma sopa que o Brasil oferece anualmente à Câmara temporária, a qual para saboreá-la melhor bebe só o caldo, desprezando as migalhas, que se chamam atualmente: separação da Igreja do Estado, eleição direta, casamento civil...”⁵⁹.

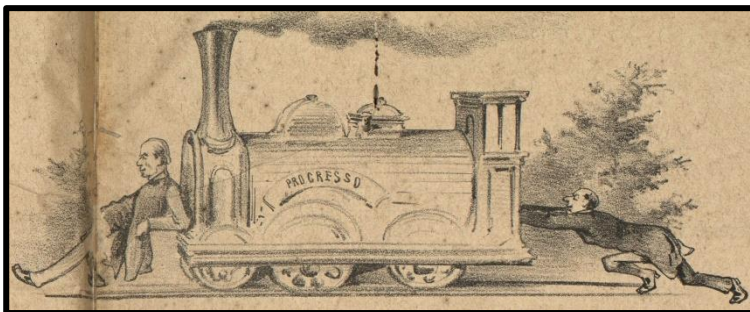
⁵⁹ O FÍGARO. Porto Alegre, 30 mar. 1879. p. 4-5 e 8.



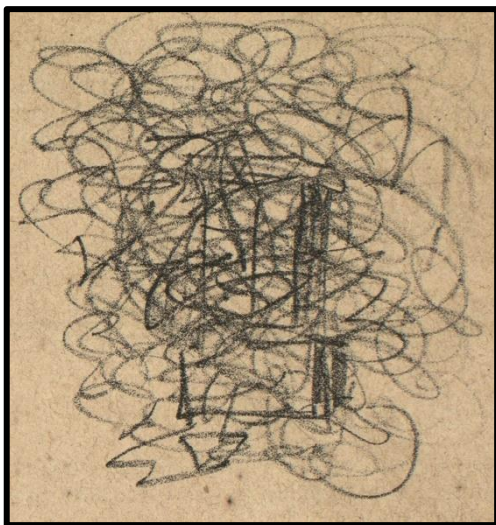
Em outra representação caricatural, apesar de seu programa reformista, os liberais, assim como os conservadores, se curvavam submissos, diante de uma pachorrenta dama, que designava a constituição imperial, a qual se encontrava confortavelmente instalada em um trono de costas para a figura indígena que representava o povo brasileiro, que aparecia sendo pressionado e sufocado pela mulher, frente a qual permanecia imobilizado. Na legenda, em forma de versinhos, a “mulher-constituição” demonstrava sua afeição pela religião oficial do Estado e sua má vontade para com a proposta de reformas: “Todos se curvam humilhados/ Ao meu porte senhoril/ Apesar de eu ser a carga/ E os desgostos do Brasil.// Gosto muito de ir à missa,/ Porque adoro os padralhões;/ Sou devota das novenas,/ Infalível nos sermões.// Só não gosto das reformas/ Dos senhores liberais;/ Hei de dar consumo a elas,/ Pois que eu sempre posso mais!”⁶⁰. A vida parlamentar voltava ao foco da publicação ilustrado-humorística porto-alegrense, que mostrava os homens públicos como obstáculos ao progresso nacional, designado por uma locomotiva. Segundo a folha, “quando os liberais estão no poder impedem a marcha do progresso”, enquanto, “os conservadores para variar fazem a mesma coisa”, vindo a concluir com lástima: “Pobre Brasil”. Ainda quanto às decisões nas casas parlamentares, o semanário buscava demonstrar que se tratava de uma plena confusão, representada por um barbante completamente emaranhado, com a constatação de que “nas câmaras questiona-se sempre,

⁶⁰ O FÍGARO. Porto Alegre, 30 mar. 1879. p. 8.

mas é uma tal embrulhada que o país perde sempre, o tesouro paga subsídios e nós vamos a pior”⁶¹.



⁶¹ O FÍGARO. Porto Alegre, 13 abr. 1879. p. 4-5.



Este ensaio acerca das manifestações de *O Fígaro* a respeito da vida política brasileira e mais detidamente acerca do comportamento partidário de liberais e conservadores constitui uma amostragem na forma de breve estudo de caso, que serve para demonstrar o espírito crítico pelo qual o hebdomadário observava o cenário político nacional. Associando texto e imagem e empregando um jornalismo eminentemente opinativo, o periódico reproduziu, de forma crítica e caricatural, a sociedade na qual estava inserido. Desenvolvia-se então um caminho de duas vias, quer seja, de um lado, o semanário influenciava a sociedade, introduzindo formas de pensar e agir e, de outro, as próprias vivências em sociedade serviam como pauta para a folha, em um complexo processo de interações e inter-relações. Nesse contexto, os desenhos e legendas que realizavam a crítica política traziam em si a discussão das ruas, os dizeres, os

ditados populares, os axiomas enfim, que faziam parte do cotidiano social, demonstrando, por meio da caricatura algumas das facetas da época de como era encarada a política e os partidos políticos⁶².

⁶² ALVES, Francisco das Neves. *Política e cotidiano: dois estudos de caso a partir do periodismo ilustrado-humorístico gaúcho*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2026. p. 30.

Imprensa, discurso político e anticastilhismo: um estudo de caso no Rio Grande do Sul ao final do século XIX

A transformação institucional ocorrida no Brasil a partir de 15 de novembro de 1889 representaria um ponto de inflexão na vida política nacional. Desde então e até que se consolidasse a nova forma de governo, foram vários os grupos partidário-políticos que se digladiaram em busca de instaurar o novo regime em consonância com suas respectivas feições ideológicas. Nesse sentido, liberais, positivistas, jacobinos, entre outros, disputaram entre si a primazia de moldar de acordo com seus ideais a incipiente república, além do que, militarismo e civilismo; federalismo e unitarismo; centralização e descentralização; ditadura/autoritarismo e democracia foram alguns dos temas debatidos à extenuação durante os primeiros anos do processo de implementação da forma de governo republicana. Cada uma dessas vertentes (ver CARVALHO. 1990. p. 24- 27.) dizia-se a representante de uma “verdadeira república”, a qual era idealizada respectivamente pelos agrupamentos em oposição ao modelo defendido pelos demais. Tais embates eram fruto da grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa e que na maioria das vezes eram mal absorvidas ou metabolizadas de maneira parcial e

seletiva, resultando em grande confusão ideológica (CARVALHO. 1997. p. 42.). No Rio Grande do Sul, esse processo foi ainda mais enfático, levando a um debate tão acirrado que redundaria na deflagração da guerra civil. Com a chegada da nova forma de governo, o líder republicano Júlio de Castilhos iria estabelecer um modelo governativo baseado em ideais de cunho positivista, em práticas autoritárias, em ampla concentração de poder e em um extremado exclusivismo político-partidário e ideológico. Nesse sentido, forjou-se nas terras gaúchas o regime castilhista que iria predominar durante grande parte da chamada República Velha, calcado no projeto de perpetuação no poder de um modelo personalista, centrado em Castilhos e seus fiéis sectários. A partir da ascensão do castilhismo, se formaria uma ferrenha oposição no contexto sul-rio-grandense, composta por aqueles que haviam sido afastados e/ou aliados do poder, por meio das práticas exclusivistas e que não teriam mais a chance de reavê-lo por meio das urnas. O grupo oposicionista era heterogêneo por natureza, reunindo membros dos antigos partidos imperiais liberal e conservador, que acabariam por se reunir sob a liderança de Gaspar da Silveira Martins, notadamente a partir da criação do partido federalista, além das várias gerações de dissidências republicanas, que se afastaram ou foram afastadas do partido republicano rio-grandense por discordâncias com Castilhos, o chefe máximo da agremiação.

A inviabilidade por chegar ao poder pela via do voto, tendo em vista a bem elaborada máquina eleitoral moldada pelos governistas, levaria a uma crescente insatisfação de parte das oposições gaúchas, formando-se um ambiente irreversível de ódios e paixões

partidárias. Somente por ocasião do golpe de estado praticado pelo primeiro presidente da república Deodoro da Fonseca, o que acabaria provocando o seu afastamento do poder, foi que as oposições conseguiram chegar ao governo, com a derrubada de Castilhos. Tal interregno, entretanto, duraria apenas sete meses, período pejorativamente denominado de Governicho, e revelaria com eficácia a heterogeneidade das oposições que não conseguiram articular-se entre si para permanecer no poder e logo seriam derrubadas, com o retorno das forças castilhistas. Mas o clima de violência já tomara conta do estado, tratando-se de um caminho sem volta em direção à guerra, com a eclosão da Revolução Federalista, no início de 1893 (ver ALVES. 2002a. p. 9-40).

À época, defrontaram-se os castilhistas que tiveram o decisivo apoio do governo federal, na figura do presidente Floriano Peixoto, contra os federalistas que se aliaram aos dissidentes republicanos, reunindo na mesma frente vários matizes ideológicos que muitas vezes só tinham um ponto em comum - o anticastilhismo. A guerra não foi travada apenas com as armas à mão, uma vez que se desenvolveu, paralelamente à sangrenta luta, um acirrado embate por meio das palavras, difundido mormente através da imprensa. Assim, era comum em várias das localidades gaúchas a existência de folhas que se antagonizavam entre si, cada qual defendendo um dos lados em confronto (RÜDIGER, 1990. p. 26-35.), forjando-se a partir de então verdadeiro conflito discursivo por meio do jornalismo. Nessa conjuntura, o ambiente de deflagração revolucionária passaria a praticamente ditar as regras na construção discursiva dos jornais, sendo

poucos aqueles que direta ou indiretamente não tiveram algum vínculo com o embate bélico, de modo que as condições de produção, calcadas na guerra, passavam a constituir um quadro de informação prévio e necessário à observação interna de cada realidade discursiva (OSAKABE. 1979. p. 76.) estabelecida a partir das várias publicações periódicas que naquele momento circulavam.

De acordo com tal contexto, a imprensa sul-riograndense à época da Revolução Federalista foi marcada por construções discursivas fortemente embasadas no conteúdo político e partidário. Tais edificações discursivas estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política consiste em um dos lugares onde o discurso exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes, uma vez que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, ou seja, o poder do qual os indivíduos pretendem se apoderar (FOUCAULT. 1996. p. 9-10). Dessa forma, o objetivo do discurso político é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo, refletindo-se assim, por meio das palavras, as ideias e atitudes (PINTO. 1989. p. 51-52.), em um quadro pelo qual a imprensa tem um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive novos polos de polêmica, pautando temas e comportamentos (PINTO. 1995. p. 67-68).

O tenso ambiente da guerra civil serviria como terreno fértil a uma constante bipolarização partidária e verdadeira dicotomia política quanto às ações e ideias

dos grupos divergentes. Esses enfrentamentos traduziram-se também na formação de um conflito discursivo expresso em grande parte através do jornalismo, ou seja, na existência de dois contextos discursivos antagônicos, no qual os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários, de maneira que esses dois contextos se remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles (MARTINS. 1990. p. 180-181.). Nessa linha, o discurso político está intimamente relacionado com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve, em uma disputa que consiste no jogo do significado, e no próprio jogo da construção do antagonismo, ou seja, cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo e o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do significado do discurso do outro (PINTO. 1989. p. 55).

Passavam então a ser plenamente detectáveis as diversas estratégias discursivas utilizadas para enunciar o correligionário e o oponente, possibilitando o reconhecimento da autodesignação dos parceiros e dos adversários nos textos políticos e também de questões em torno de como um partido designava a si mesmo, a seus aliados e aos seus inimigos (PROST. 1996. p. 312-313). Dessa forma, a propaganda das formas de agir e pensar dos aliados passa a ser uma das tônicas da construção discursiva, bem como as estratégias de desqualificação do adversário constituem um dos pólos constitutivos do discurso político. Assim, o sujeito político que combate um opositor deve rejeitar os valores preconizados por este, questionando a

probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido (CHARAUDEAU. 2006. p. 92-93). Tais conflitos discursivos marcaram de modo indelével a imprensa rio-grandense à época da Revolução Federalista, com várias publicações defendendo castilhistas e tantas outras sustentando os seus oposicionistas e neste contexto deu-se a circulação do *Bisturi*, um dos mais notórios jornais caricatos gaúchos e que adotaria uma posição bem marcada no confronto predominante.

O *Bisturi* foi uma das mais importantes folhas caricatas publicadas no Rio Grande do Sul à segunda metade do século XIX. Sua circulação iniciou a 1º de abril de 1888 e manteve a tradição dos jornais de seu gênero de então, dedicando espaço gráfico dividido igualmente entre textos e desenhos, primeiramente com oito páginas e, mais tarde, em formato maior, com quatro páginas. Seu redator-proprietário e desenhista foi Thadio Alves do Amorim, experiente nas lides da caricatura, pois trabalhara em vários dos representantes desse tipo de jornalismo no contexto rio-grandino, como o *Amolador*, o *Diabrete*, o *Maruí*, vindo a assumir a propriedade deste, para mais tarde editar a *Semana Ilustrada* e finalmente o *Bisturi*, onde atingiu o ápice de sua carreira (FERREIRA. 1962. p. 153-195; e FERREIRA. 1971. p. 335.). Este hebdomadário circularia de forma regular até 1893 e, posteriormente, prosseguiria ainda até o início do século seguinte, mas de forma esporádica e irregular. Dedicando-se a um jornalismo crítico e opinativo por natureza, o *Bisturi* realizaria em larga escala a crítica social e de costumes, mas seria a de cunho político a sua marca registrada. O próprio periódico apresentava-se

como uma folha satírica e humorística, destinada a publicar caricaturas, alegorias e outros desenhos da atualidade, poesias e artigos cômicos, sátiras e críticas à política, artes e literatura, além de outros assuntos de ocasião e retratos de personagens célebres, deixando suas intenções bem demarcadas no “programa” explicitado em sua edição inicial⁶³.

Apesar de praticar uma crítica política cheia de ironia e humor, zombando desabridamente dos donos do poder, fosse no contexto local, no regional ou no nacional, o *Bisturi* teve, desde o início de sua circulação, uma orientação político-partidária, demonstrando uma postura que variou da simpatia ao engajamento, primeiramente em relação ao partido liberal e sua principal liderança gaúcha, Gaspar da Silveira Martins, para, posteriormente à mudança da forma de governo,

⁶³ Assim o jornal expressava-se em sua apresentação: O labor da imprensa foi sempre o alvo de nossas aspirações no meio do burburinho da vida social. *Bisturi* chama-se o hebdomadário com que nos apresentamos ante a população civilizada da nobre cidade do Rio Grande, e temos muita confiança em que a sua visita não será repudiada, segundo o propósito inalterável em que estamos de torná-lo agradável, já nas seções de desenhos, já na redação, guardados os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando for de mister o sermos um pouco pungentes na luta de coerção aos desvios que por vezes nos envergonham. O *Bisturi* se empenhará na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios, enfim, sem que se lhe notem as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comedimento dos mútuos deveres da família social. Nas linhas que ficam, está lavrada a profissão solene de nossa fé jornalística (1º/abr./1888).

aliar-se aos federalistas e aos revolucionários anticastilhistas. Nesse sentido, o semanário, nos últimos anos da monarquia, teceu severas críticas ao gabinete conservador e congratulou-se com a ascensão do último ministério imperial de cunho liberal, apoiando peremptoriamente tal grupo. Ainda durante a monarquia, o jornal não chegou a demonstrar maiores aptidões quanto à mudança na forma de governo, mas recebeu a república de braços abertos, com a ressalva de que desejava que ela viesse em nome da liberdade.

Durante os primeiros tempos da nova forma de governo, o *Bisturi* manteve o apoio à república, entretanto, à medida que o autoritarismo ganhava cada vez mais espaço nas práticas dos novos donos do poder, em uma relação diretamente proporcional, o semanário caricato ia alterando sua postura. Ainda que demonstrasse certa nostalgia em relação aos tempos monárquicos, mormente no que tange às liberdades individuais predominantes durante boa parte do II Reinado, a folha não chegou a manifestar um viés restaurador, mas, crescentemente, colocou-se na oposição aos governantes. Tal perspectiva, além da antinomia em relação aos métodos autoritários governamentais, advinha também da tradicional simpatia do periódico pelo liberalismo gasparista que voltaria a se manifestar com veemência. A visão crítica acerca dos rumos da república recairia enfaticamente na conjuntura nacional sobre os presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e, no contexto regional, sobre Júlio de Castilhos, o maior alvo dos ataques do hebdomadário.

A decepção para com o regime ficaria expressa nas páginas do jornal caricato através das próprias representações da nova forma de governo.

Primeiramente a república aparecia como a deusa romana, imaculada e pura, recepcionada por indígena que simbolizava o povo brasileiro. Progressivamente, a imagem da “deusa-república” iria se desvirtuando, sendo a mesma mostrada como uma dama de barrete frígio à beira do abismo e ameaçada por morcegos que designavam os males que a afligiam, como indígena que carregava pesada cruz que simboliza os desmandos da vida nacional, como uma jovem desnuda, próxima a ruínas e desprotegida ante as ameaças que a rodeavam, ou ainda como uma mulher desesperada, vendo as dívidas e as “ratazanas” – ou seja os homens públicos de então – tomando conta de sua casa. Segundo o periódico, a vigente não era a república com que todos haviam sonhado, demonstrando claramente que aquela era mais uma manifestação em prol da tão idealizada e jamais obtida “verdadeira república”.

À medida que a postura autoritária e exclusivista dos novos detentores do poder se agudizava, as oposições aos mesmos também se acirravam, fenômeno que foi ainda mais enfático em relação ao Rio Grande do Sul. Como em um ciclo vicioso, com o crescimento das forças oposicionistas, acirrava-se ainda mais o autoritarismo, de modo que as instâncias político-institucionais normais não daria vasão a tais desacertos, vindo o país a mergulhar em ferrenha guerra civil. Diante da Revolução Federalista, o *Bisturi* não teria dúvidas e se aliaria fielmente à causa revolucionária, intensificando-se significativamente a partir de então as suas convicções anticastilhistas. As manifestações do semanário foram de tamanha veemência que ele pode ser considerado como uma das publicações periódicas sul-rio-grandenses que mais fortemente agiu não só na oposição quanto até

mesmo na resistência ao castilhismo. Tal atitude custaria caro à folha, sendo seu redator-proprietário vigiado de perto pelas autoridades públicas, chegando a ser perseguido e até mesmo aprisionado, episódios que levaram a seguidas suspensões na circulação da folha. Apesar desse acirrado cerceamento, o hebdomadário manteve sua postura de oposição/resistência até quando lhe foi possível, ou seja, quando a política coercitiva governamental chegou ao auge, com uma draconiana legislação de imprensa e um controle discursivo acirrado que tiraria a seiva editorial do impresso caricato rio-grandino, o qual só à força foi calado.

Nesse universo de reações do hebdomadário caricato acerca dos modelos empregados pelos governantes republicanos na instauração da nova forma de governo, partindo de um entusiasmo inicial para uma grande decepção e daí à oposição a tais homens públicos, o chefe republicano gaúcho, Júlio de Castilhos, seria escolhido pelo *Bisturi* como o arquétipo da figura do inimigo. As manifestações de antipatia ao castilhismo começariam cedo, mesmo quando o jornal ainda mantinha algum crédito nos rumos da república, refletindo o antagonismo da folha para com as práticas exclusivistas e autoritárias do governante gaúcho. Essa perspectiva negativa deu-se a partir de desenho publicado por ocasião de uma visita de Castilhos à cidade do Rio Grande, no qual ele era representado pelo arremedo de uma figura antropomórfica/zoomórfica, com corpo de pato e cabeça humana, sobre a qual estaria o indefectível símbolo da república, o barrete frígio. Já os admiradores/seguidores daquela liderança partidária eram apresentados metamorfoseados plenamente como patos, mas mantido o barrete frígio às cabeças. O pato foi

uma das figuras mais utilizadas pelo semanário para adjetivar pejorativamente os seus adversários. Apesar das dificuldades em atribuir-lhe um simbolismo especial (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 692), o animal salientado, neste caso, tende a relacionar-se ao indivíduo simplório, paspalho ou bobo, buscando-se menosprezá-lo. Apesar dessa imagem ter servido ao jornal para atingir a diversas personalidades, Júlio de Castilhos foi o alvo preferencial dessa forma de crítica e, coincidência ou não, “Pato” era o apelido do líder republicano quando adolescente (FRANCO, 1995. p. 36). A legenda era pautada na ironia bem humorada: *A “marrecada” republicana fez uma recepção estrondosa ao “pato” Castilhos (1º/jun./1890).*

As esperanças para com uma república libertária desvaneceram e o semanário rio-grandino intensificaria suas críticas aos homens públicos que dominavam a cena política nacional e regional. Deodoro da Fonseca, outrora tratado como o “herói-fundador” da república, passava a cada vez mais ser censurado e atacado, concentrando o jornal suas manifestações em torno das denúncias aos desmandos e à corrupção que estariam a dominar o governo vigente. Tal abordagem crítica ganharia ainda mais peso a partir do golpe de estado perpetrado pelo primeiro presidente da república, de forma que o marechal Deodoro passou a ser alvo de textos e desenhos carregados de ataques ferrenhos e corrosivos. Como não poderia deixar de ser, o *Bisturi* seguiu a estratégia discursiva das oposições gaúchas de buscar associar ao máximo a figura de Júlio de Castilhos com o presidente golpista, no intento de desestabilizar o governo estadual. Mesmo com a derrubada do castilhismo, o periódico não se deu por satisfeito,

desejando também a derrocada do governante na esfera federal. Nesse sentido, a folha afirmava que já se havia arrancado o “javali” do seu “nefando covil” e que já estava em poder dos revoltosos o “famigerado” Castilhos, mas que não estaria ainda terminada a honrosa missão dos “bravos patriotas”, que teriam pela frente uma segunda luta, não menos gloriosa e brilhante, nem de certo menos terrível, uma vez que seria preciso esmagar o “chefe déspota”, o “patoteiro imoral”, afastando-o do poder onde havia sido colocado para eterna vergonha do povo brasileiro e para desonra do pavilhão nacional, respeitando-se, assim, os brios tradicionais de um povo livre e independente como o brasileiro (15/nov./1891).

A deposição de Deodoro da Fonseca foi amplamente comemorada pelo jornal que muito se congratulou com o movimento que, à época, ficou conhecido como a Revolução de 8 de Novembro de 1891. As críticas quanto às práticas governativas intensificaram ainda mais a partir de então, ao mesmo tempo em que a filiação ao liberalismo gasparista mantinha-se intacta, ainda mais após a volta de Silveira Martins do exílio, notícia comentada com júbilo por parte do semanário. De acordo com tal perspectiva, se daria a aproximação do periódico com os ideais dos opositores federalistas, vindo, portanto, a também tecer críticas ao denominado Governicho. Mas o jornal teria de voltar mais uma vez ao enfrentamento em relação ao castilhismo, tendo em vista o retorno de Júlio de Castilhos ao poder. Acerca da retomada do modelo castilhista, o hebdomadário publicaria desenho no qual o chefe republicano era elevado ao alto em uma gangorra, única e exclusivamente graças ao apoio dos militares. A gangorra age tal como uma alavanca que é o princípio

ativo, enquanto coloca em movimento o princípio passivo, a matéria inerte (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 27). Desse modo, o jornal buscava representar que Castilhos não chegara ao poder amparado pelo apoio popular e sim através da força militar do governo federal, agora nas mãos de Floriano Peixoto. Nos bolsos dos dois personagens apareciam papéis com as palavras demissões, patotas, vingança, ódio e repressão, em uma alusão ao que era considerado como as condenáveis práticas governamentais, bem como constituíam as mazelas derivadas das atitudes que o periódico apontava como continuidades em relação aos novos detentores do poder. A legenda era lacônica: *Divertimento político da atualidade* (19/jun./1892).

Apesar da vigilância muito próxima e das inevitáveis perseguições o semanário caricato continuaria firme no combate ao castilhismo e suas atitudes autoritárias. A coerção sobre a liberdade de expressão, por vezes, levava o jornal a uma estratégia discursiva embasada na sutileza das manifestações quanto aos adversários. Nesse sentido, em um texto carregado de ironia, o periódico descrevia a situação de “tranquilidade política” que o castilhismo trouxera ao Rio Grande do Sul, fazendo, em uma forma de protesto, afirmações que iam completamente de encontro à realidade e à própria opinião da folha. De acordo com tal procedimento, afirmava que todos permaneciam em completa bonança, descrevendo um cenário no qual os partidos estavam em uma “lua-de-mel” e no mais completo gozo da frase poética *o teu amor é uma cabana*, em lugar ignoto, de que ninguém poderia dar notícia. E, com a mesma ironia, concluía que os rio-grandenses estavam, a olhos vistos, todos republicanos, de modo que nada

seria mais justo, porque a situação dominante, com aquele estado de coisas, tornara-se adorável (17/jul./1892).

Júlio de Castilhos voltaria a visitar a cidade do Rio Grande e o *Bisturi* não perderia a oportunidade de retomar a carga, manifestando abertamente seu espírito anticastilhista, apresentando uma série de desenhos nos quais destacava a sua visão acerca da visita. Em um deles, Castilhos, mais uma vez desenhado como um pato e aparecia recebendo as homenagens da população, que, segundo a folha, não seriam nada espontâneas, e sim levadas a efeito pela força, através dos “capangas” – homens mal-encarados e armados até os dentes – que acompanhavam o líder republicano. O semanário assim descrevia a cena: *O majestoso préstito desfilou triunfalmente pela rua do saudoso Pedro II, por entre aclamações ruidosas de vivas à República! Viva o chefe!... Viva a legalidade! Ao que retrucava: Viva a anarquia e morra a Monarquia... Vivas que o eco repercutia - quá... quá... quá... Na retaguarda, nas costas de S. Ex., vinha um valente grupo de “cidadãos prestantes”. Na mesma edição, o periódico ainda destacava a adulação de certos indivíduos para com o chefe castilhista, desenhando-o com os braços, símbolo da força e do poder (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 140), deformados e alongados para conseguir atender a todos os seus “simpatizantes”. Nessa gravura, a legenda era: *Todos disputam a grande honra em oferecerem o braço a S. Ex. que estava seriamente comovido e atrapalhado para dar braço a tanta gente* (14/ago./1892).*

A crescente violência que passou a campear pelo Rio Grande do Sul nos meses que antecederam a própria deflagração revolucionária foi constantemente denunciada pelo hebdomadário rio-grandino que

imputava toda a culpa por tal quadro às forças governistas rio-grandenses-do-sul, e, para tanto, mostrava os castilhistas de armas em riste atacando populações civis⁶⁴. Mantendo suas manifestações anticastilhistas, o semanário apresentava o líder republicano gaúcho chefiando a sua “tribo” de selvagens, em uma verdadeira dança de destruição. Tal constatação deriva da perspectiva pela qual a dança constitui uma pantomina de metamorfoses que tende a converter o bailarino em deus, demônio, ou uma forma existencial pretendida. Ao retratar Júlio de Castilhos dançando, o jornal o faz de forma pejorativa, além disso, o fato de colocá-lo à frente de uma tribo de negros, traduz também um caráter intencionalmente racista ao provocar a consideração de que a imagem do homem negro aludiria à parte inferior humana, ou ainda, que as raças negras são filhas das trevas (CIRLOT. p. 199 e 405). Tal sinistro folguedo era explicado pelo periódico como cenas de selvageria as quais não se davam só no centro da Campanha, mas também nas cidades, onde “caciques” acompanhados de alguns “zulus” assaltavam propriedades, davam tiros, quebravam vidraças e eram

⁶⁴ Nessa linha, a folha afirmava: Na Campanha continuam as tragédias medonhas de assassinatos, roubos, degolações e outras perversidades humanas praticadas em nome da “legalidade”. A horda de malfeitores, capitaneados por chefes rancorosos e vingativos assassinaram famílias inteiras, degolando em pé, para terem o prazer de ver os infelizes correndo campo afora com a artéria decepada. Depois do saque, os bandidos atacam fogo nos ranchos para aqueles que escaparem do punhal morrerem à fome e à miséria

os mesmos “caciques” carregados “em triunfo (21/ago./1892).

A guerra civil propriamente dita ainda não havia começado, mas os crimes, os enfrentamentos, as provocações e as escaramuças se espalhavam pelos mais longínquos rincões rio-grandenses. Cada uma das partes em litígio culpava a adversária pela deflagração de tal onda de brutalidades e exasperações que dominava a vida gaúcha naquele momento. Nessa linha, ao noticiar a violência, o *hebdomadário* acusava os governistas de estarem a brandir o punhal do infame assassino contra o povo gaúcho (2/out./1892). Nesse sentido, o periódico apontava também a “pasmosa e requintada malvadez” praticada pelos *carolin*os da situação dominante, ou ainda os “bárbaros crimes” praticados em nome da *legalidade*, os quais vinham levando o luto e a miséria por toda a parte. As acusações recaíam ainda sobre um “horroroso itinerário” de homicídios e de atos de “verdadeiro canibalismo”, revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se poderia imaginar (9/out./1892).

Nesse sentido, o *Bisturi* sustentava ardorosamente o conflito discursivo e as versões calcadas nos ódios e paixões partidárias então dominantes. Os ataques ao castilhismo tornaram-se ainda mais veementes e o jornal acusou-o por todos os males que afligiam o Rio Grande do Sul. Em um desenho, Castilhos era apresentando como um “Satanás”, o qual, entre os diabos e demônios, designa, por antonomásia, o adversário propriamente dito, tão arrogante quanto mau, ou seja, tal termo indica por si só, cada vez mais, um ser essencialmente mau e tornar-se-á um nome próprio – o do poder do mal (CHEVALIER &

GHEERBRANT. p. 805). Na figura, o chefe republicano era apresentado com as asas da “tirania”, levando às mãos o “ódio” e a “vingança”, sob o rufar do tambor da “política” e acompanhado pelos “morcegos-republicanos”, das “perseguições”, das “infâmias” e do “despotismo”. Além disso, Castilhos levava a “miséria”, a “morte”, os “incêndios”, os “roubos” e a “destruição” à população rio-grandense. Sob a gravura, aparecia a inscrição: *E assim passou, com o riso de Satanás, por entre as humanas vítimas, nunca farto de lágrimas maternas e dos gritos das misérrimas crianças arrojadas (oh dor!) às labaredas em honra do seu ídolo iracundo* (18/dez/1892).

Ainda a respeito de outra passagem de Júlio de Castilhos pela portuária cidade do Rio Grande, a folha mais uma vez apresentava Castilhos como a já tradicional figura híbrida do pato – cabeça humana com as feições do líder partidário de chapéu e mala à mão, mas com o corpo do animal – que sobrevoava a urbe, afirmando: *“O horrendo monstro atravessou o espaço, qual tempestade trovejando ao longe* (18/ dez./1892). No início de 1893, como que prenunciando uma possível derrota do castilhismo tendo em vista a iminente revolução que se avizinhava cada vez mais, a folha manifestava o seu desejo pela derrocada de Júlio de Castilhos que era mostrado chorando, tendo ao colo um também choroso asno, designando o “partido castilhista”. Nesse caso, o animal desenhado constitui um símbolo da ignorância e um emblema da obscuridade e até mesmo das tendências satânicas, indicando a busca de seduções materiais (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 93-94). Na cena retratada aparecia também a “morte”, simbolizada por sinistros esqueletos que se aproximavam. A legenda era

na forma de versos: *Em que tormento o mísero se debate/
Sem poder fugir da cólera infinita/ Em torno esvoaçam
pavorosas sombras/ E da maldição à interminável grita*
(8/jan./1893).

Ao mesmo tempo em que atacava o castilhismo, o *Bisturi* utilizava suas páginas para enaltecer as lideranças que pegaram em armas para combater o regime vigente no Rio Grande do Sul, prestando-lhes enfáticas homenagens e apresentando-lhes como promotoras de uma missão libertária. A folha mantinha as constantes denúncias contra o autoritarismo governamental e a falta de liberdade de expressão que cada vez mais ganhavam terreno. Apesar da vigilância muito próxima, o periódico ainda se propunha a manter-se no combate, afirmando que pouco importava a morte quando se cumpria um dever de consciência, apesar de saber que dizer a verdade era expor o coração ao punhal do banditismo oficial (21/jan./1893). Mesmo após o início da revolta, o hebdomadário persistiu no caminho da oposição e da resistência, criticando as condições impostas pelos governantes em nome da “legalidade”. Nesse sentido, manifestava asco pela “gente do poder e da abastança”, que olhava aos homens do labor com desprezo (12/fev./1893). De acordo com o jornal a anarquia e a desordem espalhavam-se o que estaria a provar que os governantes republicanos não permaneciam em seus postos por meio da soberania popular ou por seus merecimentos e, por essa razão, tinham de armar-se até os dentes para, audazes e inconstitucionalmente, resistirem e lutarem para vencer ou morrer, não importando o sofrimento e a ruína do país e que a miséria e o luto lavrassem sobre a terra (30/abr./1893).

Apesar do intenso controle de parte das autoridades policiais e militares, o periódico continuou na resistência, opondo-se ao castilhismo. O semanário atacava o jornalismo governista, acusando-a de dar notícias tendenciosas e embasadas na mentira. A esse respeito, a folha descrevia, com ironia, a forma pela qual a imprensa castilhista estaria distorcendo os fatos. Afirmava que, para aqueles jornais, não houvera ainda um combate em que saísse um castilhista com uma simples arranhadura, sendo noticiada a existência de apenas um ferido, mas isso mesmo por causa de um desastre. Explicava que todos os castilhistas atacavam com um arrojo incrível aos federalistas, que eram apontados como uns poltrões, que nada valiam, destruindo-os completamente, pondo-os em vergonhosa fuga. Enfatizava também que, segundo as publicações pró- governo, ainda não houvera uma vitória em que corresse uma gota de sangue dos seus companheiros, de modo que toda a sua gente batia-se como leões, repelindo a abordagem dos covardes inimigos, que seriam completamente destroçados e afugentados. Diante de tantas afirmativas consideradas como inverdades pelo jornal, ele concluía que, realmente eram fosfóricas as tais notícias e dignas de uma gargalhada homérica naqueles tempos *sensabóricos*, em que a nacionalidade política estava de feição exótica (26/mar./1893).

Ainda no que tange ao processo de legitimação do discurso do aliado e de deslegitimação dos pronunciamentos do adversário, sustentando ardorosamente o conflito discursivo que crescia exponencialmente no Rio Grande do Sul à época da Revolução de 1893-1895, o *Bisturi* também defendia os

federalistas das acusações emitidas a partir dos jornais governistas, criticando a estes por se constituírem em adúladores dos grandes “ladrões públicos” e por continuarem a derramar a sua “baba asquerosa” sobre as respeitáveis personalidades que se achavam à frente do movimento revolucionário sul-rio-grandense. De acordo com a folha rio-grandina, as publicações favoráveis aos castilhistas seriam subsidiadas pelos cofres públicos e, só por essa razão, gritavam contra o punhado de “bravos” que patrioticamente lutavam para derrubar os déspotas que, em nome da lei e da legalidade, praticavam as maiores barbaridades, em uma falsificada obra de difamações e torpezas (23/ abr./1893).

A respeito das relações do chefe do partido republicano rio- grandense com a imprensa, a folha caricata publicou uma série de desenhos caso de um no qual mostrava um mágico arrancando das entranhas de Júlio de Castilhos o jornalista rio-grandino João José Cezar que, defensor de posições anticastilhistas, teria desaparecido do Rio Grande. Castilhos tinha um turbante à cabeça, em uma alusão à indumentária usada pelos “sultões”, expressão utilizada pelo jornalismo para simbolizar um chefe de estado autoritário. Além disso, a língua do líder castilhista, que expelia o jornalista, assumia o formato de uma serpente, em referência à sua “maldade”. A língua pode ser considerada como uma *chama*, pois possui a forma e a mobilidade desta e ela destrói ou purifica. Enquanto instrumento da palavra, a língua cria ou aniquila, e seu poder é sem limites, uma vez que, de acordo com as palavras que profere, ela pode ser justa ou perversa, arrogante, mentirosa e má e a sua força é tão total que a morte e a vida se encontram em seu poder. Quando é

feita uma alusão à língua, sem se acrescentar qualificativo, trata-se de uma língua má (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 550.) e, no caso da figura em questão, à menção é a uma serpente, o que pode ser interpretado como símbolo de uma extrema maldade. A ilustração era explicada pela afirmação de que um grande prestidigitador iria arrancar a “rolha da imprensa”, trabalho difícil e assombroso. Apesar de tais dificuldades, o periódico apostava na capacidade do mágico, pois seria tal a sua habilidade que também iria arrancar do ventre do governador do estado, o “valente jornalista” J. J. Cezar, que há dias desaparecera da cidade, trabalho este que seria feito com muita limpeza (19/mar./1893).

Em outra gravura, Júlio de Castilhos era retratado como um urubu, ou seja, como um animal que se alimenta da morte e da destruição, recebendo no corpo o impacto das farpas da imprensa que, mesmo amordaçada, não se deixaria dominar. O jornal buscava representar que o chefe partidário republicano estava sofrendo não só por causa do impacto dos projéteis, mas também com a derrota que estaria se aproximando, explicando que o governador já começara a sentir no “lombo” os terríveis efeitos do seu despotismo e desrespeito à integridade e honra do seu país, de modo que andava assustado, ao ver que se aproximava a hora de receber o exemplar e decisivo castigo (21/mai./1893). Apesar da censura, o periódico propunha-se a continuar denunciando e, mais do que isso, combatendo a violência que, segundo ele, partindo dos governistas, avassalava o Rio Grande do Sul. As esperanças da folha prendiam-se à vitória da revolução, exclamando que lhe animava a expectativa de que um dia os gaúchos teriam um

governo decente e justo, cercado de simpatias profundas, e que fizesse respeitar o direito de todos, colocando os grandes interesses da sociedade acima das conveniências de facções partidárias. Nesse sentido, explicava que ninguém estaria a desejar um governo de déspotas, de ódios e vinganças que mandasse cometer todos os horrores que se poderia imaginar em nome da república, como se a ideia republicana, que deveria ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos (30/abr./1893).

Na concepção do hebdomadário caricato, todos os males advindos da guerra civil deveriam ser atribuídos aos governistas gaúchos. Afirmava, assim, que se a guerra ardia nas frondosas campinas rio-grandenses, ela fora produzida pelo “grito sacrossanto” da liberdade ameaçada e era filha da traição de um ambicioso que, uma vez elevado às douradas poltronas do estado, dele tinha torpemente abusado, aniquilando a dignidade de um povo, para fazer-se mais forte perante uma parte de amigo ambiciosos. Defendia, desse modo, que a luta travada no Rio Grande do Sul era uma “obra diabólica” da ambição e soberba de um governador “inconsciente e desumano” (4/jun./1893). Dessa maneira, o jornal imputava aos castilhistas toda a culpa pelo morticínio que acontecia no território sul-rio-grandense e sobre isso publicou uma gravura na qual apareciam diversos esqueletos, dentro de caixões com tabuletas onde estava escrito o motivo da morte de cada um. Ao apresentar a *causa mortis* dos cadáveres, o periódico citava: *assassinado por ser da oposição, assassinado por ser federalista, e assassinado por publicar artigos contra o governo* (19/mar./1893).

O semanário rio-grandino buscava também enfatizar o fato de que o autoritarismo de Júlio de Castilhos estaria trazendo consigo o aniquilamento do estado sulino e, a esse respeito, apresentou uma ilustração na qual o governador destruía na fogueira a Constituição, o Código Civil, a liberdade de imprensa e o próprio Rio Grande do Sul. Em meio à explosão provocada pelo líder republicano, “voavam” pelos ares o “câmbio”, o “comércio”, a “indústria” e a “lavoura”, em uma referência aos prejuízos econômicos que o estado vinha sofrendo com a guerra civil. Também aparecia “voando” o “pobre”, segundo o jornal, um dos maiores prejudicados com o contexto belicista e, ao longe, surgiam balões com as inscrições: “viva os revoltosos”, “abaixo o despotismo”, “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”, traduzindo a esperança do periódico no avanço do movimento rebelde. Diante do quadro, Castilhos estaria proferindo os seguintes versos: *Como Governo a capricho/ Declaro de coração/ Que vou queimar o Código/ A Lei e a Constituição./ Tudo vai à fogueira/ O que se escreve e se pensa. Complementando: E vou também queimar/ A liberdade de imprensa./ E para que ninguém murmure/ Já dentro desta barreira/ O Rio Grande do Sul/ Também queimando-se fica* (25/jun./1893).

Ao sustentar o conflito discursivo, o *Bisturi* não só atacava Júlio de Castilhos e seu aliado na esfera federal, o presidente Floriano Peixoto, como também demonstrava claramente sua inclinação pelas forças anticastilhistas, constantemente exaltadas em suas páginas e mostrava-se como um defensor da revolução. De acordo com o jornal, o movimento rebelde era justo e legítimo, uma vez que estaria de acordo com o “direito à revolução” dos povos, na luta contra o despotismo, pela

liberdade e pela “verdadeira república”. De acordo com o periódico, a revolução no Rio Grande do Sul seria uma brilhante realidade, uma vez que o exército libertador engrossava as suas fileiras dia a dia, surgindo de todos os recantos do estado grupos de patriotas dispostos a afrontar impávidos a resumida horda de selvagens que enxovalhavam os brios da terra gaúcha. Afirmava também que, de toda parte, os brados de indignação levantavam-se em frêmitos indomáveis e os brios rio-grandenses despertavam para derrogar o castelo do despotismo representado na pessoa do “trêfego bacharel” Júlio de Castilhos. Na sua concepção, não haveria poder humano que pudesse mais deter o “valeroso” exército revolucionário, de forma que viria a ocorrer o triunfo da liberdade e com ela, o triunfo da “verdadeira república”, a qual seria em breve uma realidade na abençoada terra dos gaúchos. Manifestava assim seu desejo por uma república federativa, mas uma república honesta, libérrima e democrática, a qual viria a ser uma realidade no Brasil, quer quisessem, quer não, os “bárbaros” que, com seus atos de “repugnante selvageria”, ultrajavam a civilização brasileira (12/mar./1893). Nessa linha, o semanário propunha que se glorificasse os “valerosos campeões” que, com o seu “sangue patriótico”, tinham ensartado na “velha árvore da tirania castilhista” o florescente federalismo (25/jun./1893).

De acordo com as suas convicções, nas páginas da folha caricata rio-grandina, as atividades militares dos revoltosos apareciam constantemente como cobertas de completo êxito. Os rebeldes foram enaltecidos, glorificados, exaltados e até heroificados através das páginas do *Bisturi*. Segundo o jornal, a “cruel e desesperadora agonia” do “desventurado Rio Grande”

só poderia ser eliminada pelo “heroísmo forte”, pela “pujança guerreira e vitoriosa” de seus filhos, armados, em combate contra o despotismo de um governo mau e aviltante (10/set./1893). Para o hebdomadário, os promotores da revolução iriam condenar os castilhistas à inevitável derrota, representando este pensamento através de uma alegoria na qual Júlio de Castilhos buscava comandar uma tripulação de “patos”, em um navio que simbolizava o estado do Rio Grande do Sul. A embarcação tinha de enfrentar o mar agitado, a tempestade e os “terríveis rochedos” que representavam os revoltosos Silveira Martins, Barros Cassal, Ângelo Dourado, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva. O desenho mostrava Castilhos tendo problemas com a tempestade, uma manifestação da cólera divina e, às vezes, um castigo (CHEVALIER & GHEERVBRANT. p. 874), além do que, ele não conseguia vencer os dois perigos essenciais de todo navegador – a destruição, com o triunfo do oceano, ou o retrocesso, a regressão e o estancamento. Ao não conseguir controlar o navio, *errando a manobra*, ele perderia a segurança e o rumo definido, indo de encontro aos *rochedos* os quais dão a ideia de permanência, solidez e solidariedade (CIRLOT. p. 403, 500 e 571). Em síntese, na concepção da publicação caricata, o regime castilhista estaria prestes a se esboroar diante da firme ação dos rebeldes⁶⁵ (5/mar./1893).

⁶⁵ A legenda do desenho referia-se ao diálogo entre Castilhos e seus comandados: Comandante: - “Ânimo, oh! bons marujos que o temporal é desfeito, o oceano revoltado parece querer tragar o nosso pobre calhambeque, pois que neste andar vamos com certeza dar de encontro aos temíveis cachoupos da

O cerco à liberdade de expressão apertava cada vez mais e o *Bisturi* permaneceu defendendo ardorosamente a imprensa livre, mesmo depois da prisão de seu redator-proprietário ocorrida em julho de 1893, ficando a circulação do jornal interrompida por um mês. Ainda assim, o semanário conservar-se combativo e, com perspicácia, denunciava o silenciamento a que estava sendo crescentemente submetido o jornalismo. Na edição relativa à data da independência daquele ano, a folha manifestava todo o seu desgosto com a situação reinante, com um texto prenhe em censuras à conjuntura de então, demonstrando plena insatisfação com os rumos que a nova forma de governo tomava e até certo saudosismo da época monárquica, não tanto como uma perspectiva restauradora, mas sim como uma aversão ao autoritarismo governamental republicano. O periódico narrava que o 7 de Setembro daquele ano passara chocho e aborrecido como um príncês de terça-feira gorda de carnaval, que levava a roupa de duas cores borrada, e o porta-voz que chamava os soldados da alegria elevada à loucura. O jornal opinava que bons tempos eram os do império, para festejo público e entusiástico do “Sete”, mas que a veia do patriotismo daqueles tempos morrera com a monarquia baqueada, de modo que nada mais restava para vitoriar dignamente a data da emancipação política. O hebdomadário lamentava diante do que considerava uma triste e pesada verdade perante aquela realidade

oposição e, sem dúvida nenhuma, o calhambeque vai à garra. Ferra o pano minha gente! Ferra o joanete! Papa figos - que o perigo é inevitável...” Homem do leme: - “Ó Comandante, V.S. errou a manobra”.

brasileira caracterizada por deposições, golpes e infrações contra o direito e a dignidade administrativa. Citando um exemplo do que considerava malversação da coisa pública, a publicação caricata acusava que o governo vendera pedaços preciosos de terra pátria, tendo a desfaçatez de dizer no parlamento que o negócio fora estabelecido com honra para este pobre país, digno de uma vala, já que se transformara em um morto, carregado de glórias passadas (10/set./1893).

Com a fiscalização sobre as atividades jornalísticas intensificando-se, o semanário rio-grandino publicava um comentário humorado e sagaz sobre os cuidados que o seu responsável deveria tomar para manter a publicação do jornal. Destacava, assim, o mau estado de saúde de seu proprietário que se achava em uso de remédios prescritos pelo *Dr. Cautela*, formado em Ciências pela *Faculdade do Caldo de Galinha* que receitara mezinhas de dormideira e paciência ao ar livre, sem ofensas ao pudor (15/set./1893). Mesmo sob o controle direto das autoridades públicas governistas, o *Bisturi* ainda procurou manter-se no combate por mais algumas edições. Esse comportamento, no entanto, durou apenas até o Decreto de 13 de Outubro de 1893 que previa restrições praticamente totais à liberdade de imprensa. Tal determinação do governo federal seria o divisor de águas para a conduta crítica do hebdomadário rio-grandino, pois, diante da nova legislação e das constantes ameaças, os comentários político-partidários e as notícias militares foram abandonados. Após mais uma interrupção, entre 15 de setembro e 21 de outubro, e, como a intolerância dos governos marechalícios lhe tirasse a liberdade (LOBATO. 1946. p. 19), o jornal passou a dedicar-se quase que exclusivamente, no último

trimestre de 1893, à literatura, às atividades artísticas e até às crendices populares.

Em suas derradeiras edições de 1893, tendo de abandonar completamente o seu norte editorial, o periódico chegou a criar novas seções, como “*Kaleidoscópio*” e “*Feitiçarias*”, aparecendo também colunas com adivinhações. Ao dedicar-se a esses temas, mudando drasticamente a sua abordagem, a folha buscava também demonstrar a censura que estava impedindo a sua livre expressão⁶⁶. O hebdomadário fora calado a fórceps e, sem poder expressar seu espírito combativo, viria a fenecer como publicação de circulação regular. Ainda assim restavam as entrelinhas que por vezes foram utilizadas para denunciar a falta de liberdade de imprensa ou mesmo para demonstrar que não desistira da resistência aos poderosos. Foi o caso da mensagem publicada no número do natal de 1893 acerca da virada do ano, na qual o jornal manifestava sua esperança no fim da violência, dos ódios e das vinganças, ou, em outras palavras acreditava na derrota do regime contra o qual tanto lutara⁶⁷. O *Bisturi* encerrava suas

⁶⁶ Várias ideias expressas neste trabalho foram adaptadas a partir de ALVES, 2002b. p. 20-21 e 407-465. Texto apresentado originalmente nos ANAIS do II Seminário de História Política: olhares além das práticas. Rio Grande: Pluscom Editora, 2011. p. 47-73.

⁶⁷ Nessa edição, o periódico publicava: O ano morto. Vai-te 93 – Vai-te!... Há mais tempo sanguinário e maldito, embrenha-te na tua cova mortuária levando contigo teus ódios, tuas vinganças, teus crimes e negras infâmias. Nem de ti, uma lembrança quero mais. E depois quero ver surgir num céu de anil, cheio de esperanças, o teu sucessor 94, trazendo um

atividades naquele ano que preferia ver morto, mas deixara expresso seu sentimento anticastilhistas, constituindo-se em um dos poucos representantes da imprensa gaúcha que, diante de tantas pressões e ameaças do modelo que dominaria o Rio Grande do Sul por décadas, optaria por opor-se e reagir. Entre calar e consentir, preferiu bradar contra aquilo que não achava certo. Ao menos enquanto lhe foi possível.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002a.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002b.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

raminho de oliveira, símbolo da paz e da felicidade (25/dez./1893).

CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: 1995. p. 33-40.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jéca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Céli Regina. Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos eleitorais. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 93. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1990.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



ISBN: 978-65-5306-132-3